

Anais de encontros científicos

Diversidade e Inclusão da UFF

volume 2



Anais de Eventos Científicos em Diversidade e Inclusão da UFF

Volume2

Organizadoras

Neuza Rejane Wille Lima
Luciana Tavares Perdigão

Universidade Federal Fluminense

Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão

Associação Brasileira de Diversidade e Inclusão

Niterói- RJ

Equipe técnica

Capa: Grasielle Freitas

Projeto Gráfico e Diagramação: Luciana Tavares Perdigão

Revisão: Neuza Rejane Wille Lima

L732 Anais de Encontros Científicos em Diversidade e Inclusão da UFF – volume 2 / Lima, Neuza Rejane Wille; Delou, Cristina Maria Carvalho; Perdigão, Luciana Tavares (Organizadoras)– Niterói – Rio de Janeiro - Associação Brasileira de Diversidade e Inclusão (ABDIn), 2017.

78fl. il.

ISBN 978-85-69879-04

1. Currículo inclusivo. 2. Ensino. 3. Tecnologias assistivas. I Lima, Neuza Rejane Wille II Delou, Cristina Maria Carvalho; Perdigão, Luciana Tavares, IV Título.

CDU – 37.01

Apresentação

O segundo volume dos Anais de Eventos Científicos em Diversidades e Inclusão representa a continuação da série de publicações que irão documentar e difundir resultados e conhecimentos de pesquisas e experiências de estudantes e/ou profissionais de diferentes níveis acadêmicos e de subáreas do conhecimento relacionados ao tema em questão. Os três eventos aqui documentados:

- *I Simpósio sobre Altas Habilidades e Superdotação da UFF*
- *I Simpósio Além do Olhar da UFF*
- *III Encontro em diversidade e Inclusão da UFF,*

foram realizados por equipes que contou com as coordenadoras do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDI) da Universidade Federal Fluminense (UFF) e também com mestrandos e mestres formados pelo CMPDI com apoio de estudantes do Curso de Ciências Biológicas da UFF.

Mais especificamente, os eventos resultaram do cumprimento da proposta da disciplina “Divulgação Científica II” do CMPDI que é ministrada pela Dra. Neuza **REJANE** Wille Lima (Vice-coordenadora do CMPDI).

A coordenadora do CMPDI, Dra. Cristina Maria Carvalho Delou, apoiou todos os três eventos cujos planejamentos e resumos submetidos e, em grande parte apresentados, estão apresentados a seguir.

A mestranda do CMPDI Luciana Tavares perdigão organizou e diagramou todo o volume aqui apresentado.

As fotos dos eventos podem ser encontradas em:

<http://divulgacaocientificacmpdiuff.blogspot.com.br/p/galeria.html>

Boa leitura!!!

Apresentação	3
Sumário Geral	4
Sinopse do I Simpósio de Altas Habilidades e Superdotação da UFF	5
Programação do I Simpósio de Altas Habilidades e Superdotação da UFF.....	6
Lista dos resumos I Simpósio de Altas Habilidades ou Superdotação da UFF	7
Sinopse do I Simpósio Além do Olhar da UFF	16
Programação do I Simpósio Além do Olhar da UFF	17
Relatos	18
Lista dos resumos I Simpósio Além do Olhar da UFF	27
Sinopse do III Encontro de Diversidade e Inclusão da UFF - 2016	35
Programação do III Encontro de Diversidade e Inclusão da UFF	36
Relatos	38
Lista dos resumos do III Encontro de Diversidade e Inclusão da UFF - 2016.....	44



Sinopse

O evento foi coordenado pela Professora Doutora Neuza Rejane Wille Lima e vice-coordenado pela Professora Doutora Cristina Maria Carvalho Delou e contou com a participação de oito alunos do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDI) que compuseram a Comissão Organizadora do Evento:

- Ana Paula de Araújo Alves
- Claudiane Figueiredo Ribeiro
- Cristina Bruno de Lima
- Erick Rommel Hipólito de Souza
- Luciana Tavares Perdigão
- Monique de Mattos Couto
- Paula Teresa Pessoa Cavalcanti
- Priscilla Fonseca Cavalcante
- Sandra Barbosa Mertz Pedrazzi

O evento promoveu um espaço de diálogo entre especialistas, professores, pesquisadores e demais interessados na formação acadêmica da pessoa com altas habilidades ou superdotação para discutir sobre os avanços e desafios acerca do tema no que tange aos mitos envolvidos e desafios e abordá-los e desmistificá-los. O objetivo foi a divulgação de experiências concretas, apresentação de pesquisas científicas em processo ou concluídas e a promoção de um debate sobre a formação de profissionais envolvidos com a temática.

Local, data e horário

Universidade Federal Fluminense (UFF), Rua Visconde do Rio Branco, 55, Campus Gragoatá.
Bloco G (Auditório do Instituto de Matemática e Estatística)
17 de junho de 2016

Programação do I Simpósio de Altas Habilidades e Superdotação da UFF

Hora	Tema	Relator	Instituição de origem
08h – Credenciamento			
08h45 - Abertura da mesa			
09h	Planejamento Educacional Diferenciado para Alunos Superdotados	Professora Doutora Maria Clara Sodré	ACERTA- ILECCA
10h15–Coffee break			
11h	Mesa-redonda Experiências concretas em AH ou SD	Sandra Garcia Sônia Simão Doutora Cristina Maria Carvalho Delou Doutora Lúcia de Mello e Souza Lehmann	Coordenadora de Educação e Cultura da Vila Olímpica da Maré Coordenadora Pedagógica do Instituto Rogério Steinberg Coordenadora do CMPDI-UFF FE- UFF
12h30 - Intervalo para almoço			
14h	Palestra Os desafios da implantação do Programa de Altos Estudos da UFF	Professora Doutora Helena Rodrigues Lopes	UFF
15h - Apresentação Musical – Eduardo Fernandes (Aluno do CMPDI)			
15h15 - Apresentação de Pôsteres			
17h30 - Encerramento			

Lista dos resumos do I Simpósio de Altas Habilidades ou Superdotação da UFF

1 - A superdotação na visão de graduandos	8
2 - Alfabetização científica para crianças com altas habilidades e autismo: utilização das imagens do sistema nervoso central (snc) e periférico (snp) como estratégia na aquisição do sistema do código alfabético da língua portuguesa.....	9
3 - Altas habilidades em matemática: diagnóstico e atendimento educacional especializado..	10
4 - Cultivo de horta organica como estratégia de intervenção nutricional em indivíduos autistas com altas habilidades/superdotação	11
5 - Iluminando os invisíveis: identificando alunos com altas habilidades ou superdotação na rede pública do município de Itaboraí.....	12
6 - Precoces ou prodígios: qual é a diferença?	13
7 - Prêmio pena de ouro: de reconhecimento entre pares a reconhecimento de rendimento acadêmico superior.....	14
8 - Um estudo sobre o atendimento educacional especializado para alunos com altas habilidades/superdotação na rede municipal de educação de Angra dos Reis/RJ.....	15

1 - A superdotação na visão de graduandos

Claudiane Figueiredo Ribeiro¹, Paula Pessoa Cavalcante¹ & Lucia de Mello e Souza Lehmann²

CMPDI/UFF

O sujeito com Altas habilidades ou Superdotação (AH ou SD) demonstra potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, apresentar criatividade, envolvimento na realização de tarefas em áreas de seu interesse. Essa identificação encontra barreiras atitudinais, impedindo o reconhecimento e o atendimento especializado, não se aproveitando as potencialidades desses sujeitos. Renzulli cita a capacidade acima da média em alguma habilidade acadêmica como indicativo de AH ou SD, mas geralmente as escolas têm dificuldades no reconhecimento dessas pessoas. Com o objetivo de reconhecer possíveis barreiras na identificação precoce de alunos AH ou SD nas escolas da educação básica, o estudo buscou na fala de estudantes de Pedagogia e Graduação (História, Geografia, Letras, Matemática, Química) da UFF dados que justifique tal limitação dos profissionais envolvidos. Um estudo qualitativo e quantitativo, onde se utilizou de questionários semiestruturados, pré-teste e pós-teste. Esses aplicados antes e após aulas sobre a Diversidade e Inclusão e a Escolarização de alunos com AH ou SD. O trabalho propõe delimitar e tabular as respostas dos estudantes acerca do conhecimento sobre essa categoria da Educação Especial, ainda na graduação. Traçou também o perfil dos envolvidos, onde 33% possui menos de vinte anos e 67% estão acima; Os resultados apontaram que 98% dos entrevistados não têm contato com o âmbito escolar, apenas 40% tinham ouvido falar de AH ou SD e na política de inclusão brasileira e 9% tinham participado de algum curso voltado para a área. Das respostas do pós-teste os graduandos sinalizaram como possíveis indicadores, principalmente, interesse 17%; dedicação 14%; concentração 9%; persistência 8%; esforço 6%; criatividade, curiosidade e disciplina 5%; os demais não passaram de 3%. O trabalho identificou a necessidade de se ampliar o conhecimento sobre a escolarização e atendimento aos alunos com AH ou SD, desde a graduação, atingindo ao público-alvo da Educação Especial nas escolas. O estudo, também, permitirá uma reflexão e uma comparação com outros estudos já existentes na mesma área.

Palavras-chave: barreiras atitudinais, questionários semiestruturados, identificação precoce.

2 - Alfabetização científica para crianças com altas habilidades e autismo: utilização das imagens do sistema nervoso central (snc) e periférico (snp) como estratégia na aquisição do sistema do código alfabético da língua portuguesa.

Gisele Soares Rodrigues do Nascimento¹, Cristina Maria Carvalho Delou² & Diana Negrão Cavalcanti²

CMPDI/UFF

O presente artigo analisa o uso da alfabetização científica para crianças com altas habilidades e autismo, bem como a utilização das imagens do Sistema Nervoso Central (SNC) e Periférico (SNP), como estratégias na aquisição do sistema do código alfabético da língua Portuguesa. Objetivou-se instrumentalizar e alfabetizar os alunos com altas habilidades e autismo para a aquisição de um vocabulário amplo e escrita funcional. A metodologia utilizada incluiu o estudo de caso. Os sujeitos foram professores (n= 2), e alunos autistas (n= 2) em fase de alfabetização na Clínica-Escola do Autista. Foram utilizadas imagens coloridas dos Sistemas Nervoso Central e Periférico coladas em papel 40 quilos. Os resultados obtidos a partir da realização de entrevistas e aplicação de questionários demonstraram que a utilização da alfabetização científica, em Neurofisiologia, foi uma estratégia eficiente para a aquisição da leitura e escrita dos alunos público-alvo da Educação Especial. Discute-se como se dá a codificação da informação, formas de detectar associações e analogias, envolvidas na alfabetização. Conclui-se o artigo, com sugestões de métodos alternativos de ensino, enfatizando-se práticas pedagógicas em Biociências por meio de imagens coloridas como forma de acelerar e consolidar a leitura e escrita para a alfabetização científica em alunos com altas habilidades e autistas. A alfabetização científica deve ser utilizada desde o início do processo de escolarização, mesmo antes que a criança saiba ler e escrever. Nesta perspectiva as Biociências são aliadas para o desenvolvimento da leitura e da escrita, pois contribuí para atribuir sentidos e significados às palavras e aos discursos.

Palavras-chave: alfabetização científica, neurofisiologia, práticas pedagógicas.

3 - Altas habilidades em matemática: diagnóstico e atendimento educacional especializado

Agnaldo da Conceição Esquinca & Júlia de Araújo Mota

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Este trabalho reflete alguns resultados iniciais do projeto de pesquisa e iniciação à docência “Matemática Inclusiva: desenvolvimento de atividades e práticas pedagógicas”, desenvolvido na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A partir de uma pesquisa bibliográfica nas principais bases de dados nas áreas de Educação Matemática e Educação Especial e Inclusiva, é possível perceber que a diversidade de necessidades educacionais especiais é pouco ou nada explorada nas Licenciaturas em Matemática, que ainda preconizam uma formação com foco no conteúdo e, em geral, pouco abordam questões pedagógicas e que dizem respeito à diferença. Refinando a busca em relação às altas habilidades, são raras as pesquisas encontradas com foco na Educação Matemática. Dada a essa escassez, um dos braços de nosso projeto é o estudo de maneiras de identificar o aluno com altas habilidades, para além do senso comum do que é o fazer matemático, com foco em habilidades relacionadas à compreensão e utilização de números e formas, procurando desenvolver um olhar atento para os processos de observação, argumentação e generalização. Para tanto, temos nos debruçado sobre algumas publicações e tentado compreender a experiência de programas tutoriais de aceleração. Sobre o que temos encontrado nos preocupa perceber que a maior parte do que é proposto estimula o desenvolvimento do pensamento matemático, mas pouco estimula a inteligência interpessoal, o trabalho colaborativo e outras competências tão necessárias nos tempos atuais. A preocupação com esses alunos deve ir além do propósito político de formar mão de obra de excelência para o progresso científico do país. Temos desenvolvido uma pesquisa-ação buscando estabelecer parceria com duas escolas públicas do entorno da Universidade, a fim de identificar alunos do ensino fundamental, entre 10 e 14 anos, que apresentam altas habilidades em Matemática, por meio da indicação de professores e da demonstração de habilidades superiores para a idade/escolarização em uma bateria de problemas que necessitam de uma matemática mais apurada para sua realização. Até o momento, desenvolvemos propostas de atendimento educacional especializado para seis alunos, como foco na resolução e elaboração de problemas matemáticos contextualizados e, também, com atividades que permitam o desenvolvimento simultâneo de habilidades interpessoais, como o auxílio a alunos com dificuldades de aprendizagem.

Palavras-chave: práticas pedagógicas, ensino fundamental, habilidades interpessoais.

4 - Cultivo de horta orgânica como estratégia de intervenção nutricional em indivíduos autistas com altas habilidades/superdotação

Lindiane Faria do Nascimento¹ & Rejany dos Santos Dominick²

1- Aurea Regina Marins Astulla - CLÍNICA-ESCOLA DO AUTISTA

2- CMPDI/UFF

O presente trabalho é aplicado na Clínica-Escola do Autista com o grupo de alunos-pacientes com altas habilidades/superdotação. Sabe-se que indivíduos autistas que apresentam características de altas habilidades /superdotação são aquelas que apresentam notável desempenho e elevada potencialidade em aspectos isolados ou combinados: capacidade intelectual geral, aptidão acadêmica específica, pensamento criador ou produtivo, capacidade de liderança, talento especial para as artes e capacidade psicomotoras. Objetivou-se cultivar plantas condimentares e aromáticas utilizando manejo orgânico para incentivo ao uso em substituição aos temperos industrializados para promoção da saúde de forma preventiva e interventiva, e também como forma de incentivo a esse grupo de alunos-pacientes. Como método utilizado para composição da horta sensorial da Clínica-Escola do Autista procurou-se selecionar plantas e espécies vegetais que transmitem sensações aos indivíduos e para que os mesmos tenham o privilégio de usufruí-las através do conhecimento das espécies cultivadas, exposta pelo aroma, pelo gosto e pelo toque. Em primeiro lugar foram selecionadas plantas condimentares que podem ser facilmente identificadas na alimentação, plantas com texturas diversas e odores característicos. Algumas plantas existentes: alfavaca, manjerição, manjerição roxo, hortelã, alho, cebolinha, salsa, salsão. Com os resultados obtidos, ainda estamos em fase de execução e se pode observar que muitas famílias mudaram seus hábitos e procuram dar preferência a condimentos naturais e muitas já iniciaram a execução de horta doméstica. Conclui-se que a motivação e liberdade de criação desse grupo de indivíduos com altas habilidades/superdotação é um fator relevante não apenas no processo terapêutico e educacional, mas também como coadjuvante na intervenção nutricional.

Palavras-chave: plantas condimentares e aromáticas, manejo orgânico, horta sensorial.

5 - Iluminando os invisíveis: identificando alunos com altas habilidades ou superdotação na rede pública do município de Itaboraí

Alex Fabiani de Menezes Chagas, Eduardo Erick Pereira, Fátima Raulusaitis & Julie Barrozo Goulart

Prefeitura Municipal de Itaboraí

Reconhecer alunos com características de altas habilidades ou superdotação e não haver um trabalho sistemático para atendê-los gerou a necessidade de trabalharmos para transformar esta realidade. Nesse trabalho, expomos a tentativa de estabelecer em Itaboraí um trabalho de identificação e posterior atendimento das crianças com altas habilidades ou superdotação no município. Além disso, apontamos a dificuldade de sensibilização de professores e gestores com relação a esta temática. A partir de uma carta enviada à Secretaria de Educação de Itaboraí, fomos convidados a ministrar uma formação continuada para professores de Matemática, Língua Portuguesa, Artes, Educação Física, coordenadoras e orientadoras educacionais na qual seria apresentada a temática das altas habilidades ou superdotação, sua identificação e a importância do professor neste processo. Foi apresentada a Lista Base de Indicadores de Superdotação da professora Dr.^a Cristina Delou para que os professores utilizassem na avaliação de suas turmas e devolvessem à Secretaria de Educação para nossa análise. Os documentos devolvidos pelas unidades escolares do município foram analisados e listados os 63 alunos que apresentavam de 18 a 24 indicadores e aqueles 53 indicados pelos professores de educação física por apresentarem capacidade psicomotora elevada. Com este material, foi executada a relação nominal dos alunos identificados por escola, com a tabulação dos indicadores agrupados por núcleos de habilidades e análise quantitativa dos dados gerais, enviadas para a Secretaria de Educação com o objetivo de organizar-se o atendimento dos alunos identificados. Na oportunidade, também foi enviada uma proposta formal de criação de um centro de atendimento a alunos com altas habilidades ou superdotação, com sua fundamentação teórico-pedagógica e legal, bem como um levantamento do material e dos profissionais necessários para o início das atividades do referido centro. A proposta foi aceita e incorporada ao PME do município. Embora haja demanda, exigência legal e necessidade pedagógica, diante de variáveis econômicas as autoridades municipais não deram continuidade ao projeto de identificação e atendimento dos alunos com AH/SD.

Palavras-chave: sensibilização de professores e gestores, Lista Base de Indicadores de Superdotação, centro de atendimento.

6 - Precoces ou prodígios: qual é a diferença?

Aline Rinco Dutra Salgado & Cristina Maria Carvalho Delou

CMPDI / UFF

Crianças precoces apresentam o desenvolvimento de competências humanas mais cedo do que os seus pares de idade. Crianças prodígio são crianças precoces, com a diferença de que as competências humanas que elas apresentam mais cedo não estão relacionadas aos seus pares de idade e sim aos seus pares de competências funcionais. Regra geral, elas apresentam competências em tenra idade cujos pares mais próximos de interesses comuns levaram anos exercitando para chegar aos resultados de reconhecimento social. Alguns exemplos da história da humanidade podem ser adiantados: crianças precoces – atores e atrizes mirins; crianças prodígio: músicos e cientistas. Esse estudo faz parte de uma pesquisa que está em desenvolvimento no Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDI). Ele busca compreender e analisar as diferenças existentes entre os conceitos “criança precoce” e “criança prodígio”, bem como apresentar exemplos consagrados, divulgados pela mídia nacional e internacional, considerando a importância social e o desenvolvimento pleno das potencialidades dessas crianças, assim como as ações que levaram ao desenvolvimento das mais diversas áreas de nosso país. Tal percurso se configurou através de metodologia qualitativa, exploratória, utilizando-se de estudos bibliográficos, tendo como ponto de partida as concepções estabelecidas pelo Ministério da Educação e por estudiosos da educação especial numa perspectiva científica. O estudo enfatiza a importância da compreensão de tais conceitos para o reconhecimento da identidade de crianças com altas habilidades ou superdotação, o mais cedo possível, neste momento em que as políticas de inclusão reafirmam se tratar de uma das três categorias referentes ao público-alvo da educação especial. Espera-se que seja o ponto de partida para promover o desenvolvimento de ações que garantam o exercício dos direitos e o desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado, uma vez que os professores são os profissionais que ficam mais tempo com as crianças na escola, que dedicam a vida profissional a conhecer os processos de aprendizagem dos alunos e que podem contribuir para que inúmeros talentos precoces possam sair do anonimato.

Palavras-chave: políticas de inclusão, educação especial, processos de aprendizagem.

7 - Prêmio pena de ouro: de reconhecimento entre pares a reconhecimento de rendimento acadêmico superior

Cecília Vanessa Alexandre de Souza & Cristina Maria Carvalho Delou

CMPDI / UFF

O Colégio Pedro II é uma instituição de ensino federal referência no Brasil desde sua criação, em 1837. Apesar de não contar com política institucional de identificação de alunos com altas habilidades ou superdotação, possui histórico de prêmios por superioridade de rendimento acadêmico desde sua fundação. O objetivo desse trabalho é relatar o histórico do Prêmio Pena de Ouro, conferido anualmente a alunos que concluem o Ensino Médio no colégio. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica em documentos dos arquivos do NUDOM – Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II – e no site do Colégio Pedro II, com o levantamento de todas as leis publicadas sobre o Colégio Pedro II, incluindo os diversos Estatutos, desde o primeiro. A ex-aluna e ex-Reitora *pró tempore* Vera Maria Figueira Rodrigues concedeu entrevista não estruturada, em que contou a história dos prêmios Pena de Ouro, Aluno Eminente e Panteão. O prêmio Pena de Ouro surgiu entre as décadas de 1930 e 1940, e foi criado pelo Grêmio Estudantil do Colégio Pedro II para homenagear estudantes que se destacaram na produção literária. Extinto após 1945, foi reeditado a partir de 1996 como prêmio de superioridade de rendimento acadêmico, entregue ao(à) aluno(a) que obtiver a melhor média de notas no ensino médio, a cada ano, em cada campus. O prêmio é entregue a cada ano em solenidade que ocorre em data próxima a 05 de dezembro, aniversário de D. Pedro II e data da criação do Colégio Pedro II, e consta da biografia dos homenageados, como outros prêmios que o Colégio Pedro II instituiu ao longo de sua história.

Palavras-chave: Colégio Pedro II, ensino médio, produção literária.

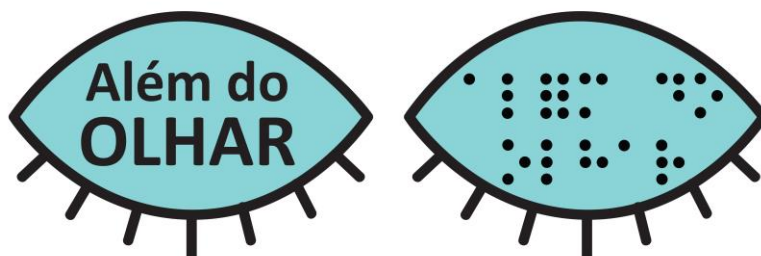
8 - Um estudo sobre o atendimento educacional especializado para alunos com altas habilidades/superdotação na rede municipal de educação de Angra dos Reis/RJ

Elissandra Paraíso da Silva

UFRRJ

O tema da inclusão escolar tem sido amplamente abordado nos debates contemporâneos na área de Educação Especial. A preocupação com o modelo praticado, bem como a problemática da formação específica, seja ela inicial ou continuada é alvo de vários debates, publicações e pesquisas. No tocante a educação dos alunos com altas habilidades/superdotação, o número de pesquisas realizadas, tem se mostrado insuficiente, principalmente no que tange a abordagem das práticas pedagógicas voltadas para essa parcela da Educação. É em meio a este cenário que este trabalho busca analisar o papel do atendimento educacional especializado (AEE) para o desenvolvimento da suplementação pedagógica, bem como as políticas e práticas utilizadas no processo de ensino aprendizagem desses sujeitos. O lócus da investigação é a Unidade de Trabalho Diferenciado da rede pública de ensino, localizada no município de Angra Reis, no estado do Rio de Janeiro. Os participantes do estudo são cinco professores do segundo seguimento do Ensino Fundamental que atuam no AEE, nas áreas de Matemática, Ciências, Texto e Artes Plásticas (responsáveis por 90 alunos). Como referencial teórico será utilizado a teoria dos três anéis de Joseph Renzulli, dando ênfase ao processo de enriquecimento curricular e nos impulsionando a refletir sobre a necessidade de três elementos fundamentais para a provisão da aprendizagem a serem levados em conta pelos sistemas educacionais interessados no desenvolvimento mais pleno do potencial de cada aluno: o próprio educando, o professor e o currículo. O professor surge como mediador no processo de enriquecimento curricular dando ênfase no comportamento de superdotação. Para a realização da investigação optou-se pela pesquisa qualitativa com abordagem etnográfica, utilizando como instrumentos de coleta de dados a observação participante nos grupos de interesse juntamente com os professores e alunos, a análise de quatro documentos locais e as entrevistas semiestruturada. Os resultados, entre outros aspectos, indicam que o AEE vinculado à secretaria Municipal de Educação favorece a organização estrutural do serviço e a formação dos professores, além de estimular a participação dos alunos em vários eventos como as Olimpíadas Brasileiras de Matemática das Escolas Públicas, as Olimpíadas de Astronomia, Exposições de Artes e Concursos Literários. Acreditamos que o presente texto poderá contribuir com a produção de conhecimentos na área de altas habilidades/superdotação.

Palavras-chave: processo de ensino aprendizagem, organização estrutural, formação de professores



I Simpósio ALÉM DO OLHAR da UFF:

Avanços e Desafios na Formação Acadêmica de Deficientes Visuais

Sinopse

O Simpósio promoveu um espaço de diálogo entre especialistas, professores, pesquisadores e demais interessados na formação acadêmica da pessoa com deficiência visual para discutir sobre os avanços e desafios acerca do tema. O objetivo foi a divulgação de experiências concretas, apresentação de pesquisas científicas em processo ou concluídas e a promoção de um debate sobre a formação acadêmica da pessoa com deficiência visual.

Esse evento foi coordenado pela Professora Doutora Neuza Rejane Wille Lima e sub-coordenado pela Professora Doutora Cristina Maria Carvalho Delou e contou com a participação de oito alunos do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão que compuseram a Comissão Organizadora do Evento:

- Ana Paula de Araújo Alves
- Claudiane Figueiredo Ribeiro
- Cristina Bruno de Lima
- Erick Rommel Hipólito de Souza
- Luciana Tavares Perdigão
- Monique de Mattos Couto
- Paula Teresa Pessoa Cavalcanti
- Priscilla Fonseca Cavalcante
- Sandra Barbosa Mertz Pedrazzi

Local, data e horário

Universidade Federal Fluminense (UFF), Rua Visconde do Rio Branco, 55, Campus Gragoatá. Bloco G (Auditório do Instituto de Matemática e Estatística)
08 de julho de 2016
Início: 8h - Término: 17:30h

Programação do I Simpósio Além do Olhar da UFF

Hora	Tema	Relator	Instituição de origem
08h –Credenciamento			
08h45 - Abertura da mesa			
09h - Apresentação Institucional Unilehu			
09h30	Palestra: Audiodescrição no sambódromo	Prof. Dr. Helio Orrico	UERJ
10h30 - Coffee break e Apresentação de posters e materiais didáticos acessíveis.			
11h	Novas tecnologias na inclusão de pessoas com deficiência visual.	Elizabeth Canejo Luciana Perdigão	Professora FAETEC RJ Mestranda CMPDI UFF
12h - Intervalo para almoço			
13h - Apresentação do Grupo de Teatro Corpo Tátil “Dá um tempo pra falar de tempo”			
13h30	Mesa redonda Avanços na Formação Acadêmica de Deficientes Visuais	Neuza Rejane Wille de Lima Cristina Maria Carvalho Delou Aires da Conceição Silva Ediclea Mascarenhas Luís Claudio Freitas Rachel Maria C. M. de Moraes	UFF UFF IBC UFF – Cederj OAB – Adverj IBC
15h - Coffee break e Apresentação de posters e materiais didáticos acessíveis			
15h30	Desafios da Formação Acadêmica de Deficientes Visuais	Maria da Glória Almeida	IBC

Relatos

“Dá um tempo pra falar de tempo”

Grupo de Teatro Corpo Tátil (IBC)

O grupo de Teatro Benjamin Constant, atualmente denominado Grupo de Teatro Corpo Tátil, surgiu em Maio de 2003, com a montagem de “O mágico de Oz”, livre adaptação da obra de L. Frank Baum. Inicialmente, contava com oito crianças e adolescentes deficientes visuais (baixa visão e cegos) oriundos do Instituto Benjamin Constant (uma instituição especializada na Educação de deficientes visuais).

A montagem foi apresentada em vários espaços e teatros, tais como: Centro Cultural Banco do Brasil, Teatro Carlos Gomes, Teatro Mário Lago, PUC, SESC de Niterói, SESC de Irajá, FAETEC, UFRJ, UNI-RIO, entre outros. No Festival Mercadão Cultural, realizado no Teatro Carlos Gomes, a encenação ficou em terceiro lugar na categoria Melhor espetáculo infantil.

A peça “O mágico de Oz” ficou dois anos em cartaz, tendo parte de seu elenco selecionado para a novela América (2005), da Rede Globo, e tendo ainda trechos da peça representados durante dois capítulos da mesma novela.

O grupo ainda apresenta em seu histórico as peças infanto-juvenis: “A loja da Alegria” (Marlília Flávia), “O menino maluquinho” (Ziraldo), “O príncipe negro” (Marlília Flávia), “Dê uma chance a Paz” (criação coletiva), “O Auto da Compadecida” (Ariano Suassuna) e “O inspetor-geral” (Nicolai Gogol).

Os atores deficientes visuais são consagrados e já se apresentaram em várias mostras e festivais, teatros e espaços culturais, tais como SESC de Niterói, Sesc de São João de Meriti, Teatro Mário Lago, Teatro Carlos Gomes, CCBB, PUC, UFRJ, entre outros.

Atualmente o grupo é formado por cinco atores e dois músicos, todos deficientes visuais e com uma faixa etária de 18 a 27 anos.

O Grupo de Teatro Corpo Tátil tem como proposta sempre trazer ao público um espetáculo de qualidade e dinâmico, com muita música, dança, expressão corporal e movimento. A intenção é que o foco não esteja na deficiência, mas na encenação! É importante que o público, durante o espetáculo, esqueça que os atores são cegos e os encarem apenas como atores, bons atores. Na concepção do grupo a deficiência é secundária e não fundamental.

A formação Acadêmica do Deficiente Visual

Rachel Maria Campos Menezes de Moraes (IBC)

Minha formação acadêmica teve início no Instituto Benjamin Constant, onde ingressei com três anos e meio de idade. Estudei nesta instituição da Estimulação Precoce ao término do Ensino Fundamental. Durante este período, sempre tive acesso a materiais especializados e textos em braille, não tendo maiores dificuldades em minha escolarização. Cursei Ensino Médio no Colégio Pedro II e, apesar de não dispor de tantos materiais especializados, vale ressaltar a boa vontade dos professores e algumas adaptações feitas por eles (principalmente para conteúdos de física e química). Vale destacar ainda a importância, durante toda a minha formação acadêmica, do apoio familiar já que sempre pude contar com apostilas e livros gravados e escaneados para que eu lesse e estudasse com auxílio de programas sintetizadores de voz (Dosvox, NVDA e Jaws). Após terminar o Ensino Médio fiz Graduação em Letras (Português-Inglês) na Universidade Federal Fluminense e posteriormente cursei Pós-Graduação em Letras (Cultura, Língua e Literatura Latina) e Mestrado em Estudos de Linguagem, no qual estudei a Dêixis em Fábulas de Fedro ambos na UFF. Curso doutorado em Estudos de Linguagem pela mesma instituição estudando atualmente os Dêiticos de lugar no Galego, Português Europeu e Português Brasileiro Contemporâneos. Desde 2012 sou professora de Sistema Braille na Divisão de Reabilitação, Preparação para o trabalho e Encaminhamento Profissional (DRT) vinculada ao Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação (DMR) do Instituto Benjamin Constant. Assim, considero aspectos decisivos e importantes pilares para uma sólida formação acadêmica tanto a força de vontade, persistência e perseverança quanto o apoio familiar e pedagógico.

Avanços na formação acadêmica de deficientes visuais

Luís Claudio da Silva Rodrigues Freitas (OAB – Adverj)

O presente trabalho apresentará de forma resumida os principais pontos abordados na exposição “Avanços na Formação Acadêmica de Deficientes Visuais” que ocorreu no dia 08 de julho de 2016 no I Simpósio Além do Olhar da Universidade Federal Fluminense. Cabe destacar que a exposição analisou o tema sob a perspectiva jurídica estudando a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) e o Tratado de Marraqueche.

A apresentação iniciou-se abordando o conceito de pessoas com deficiência que são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas conforme preceitua o art. 1º da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência¹.

A conceituação de pessoa com deficiência da Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) evolui do modelo médico/clínico para o modelo biopsicossocial. O foco deixa de ser o impedimento da pessoa baseada na Classificação Internacional de Doenças (CID 10) e passa para a relação entre os impedimentos de longo prazo com as barreiras que possam obstruir a efetiva participação na sociedade. Tais barreiras podem ser de natureza arquitetônica, urbanística, comunicacional e atitudinal. Para aferir a deficiência, deve-se utilizar a Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF).

Mereceu destaque a menção ao Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 que aponta que 23,9% da população brasileira possui algum tipo de deficiência sendo a deficiência visual a que aparece com maior incidência representando 18,6% da população. O Censo de 2010 analisa as deficiências pelo grau de severidade de acordo com a própria percepção dos entrevistados. Nesse sentido, a deficiência severa é encontrada em 8,3% da população sendo 3,45% de pessoas com deficiência visual².

Superada esta abordagem preambular, passou-se a análise da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência que foi internalizada no ordenamento jurídico brasileiro com status de emenda constitucional uma vez que consiste em um tratado internacional de direitos humanos e foi aprovado em dois turnos pelas duas casas legislativas, Câmara dos Deputados e Senado

¹http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm

²<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>

Federal, com quórum de pelo menos 3/5 de seus membros, conforme preceitua o art. 5º, § 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. O referido tratado traz como princípios norteadores: o respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas; a não-discriminação; a plena e efetiva participação e inclusão na sociedade; o respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade; a igualdade de oportunidades; a acessibilidade; a igualdade entre o homem e a mulher; o respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade.

A temática da educação se encontra prescrita no art. 24 da Convenção que o garante como direito inalienável estabelecendo a igualdade de oportunidades e a não discriminação como premissas basilares e obrigando os Estados-Partes a assegurar sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida.

A Convenção estabelece que as pessoas com deficiência não podem ser excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência, bem como garante o ensino fundamental gratuito e compulsório de qualidade e o ensino médio em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem. Obrigam-se os Estados-Partes a adotar medidas de apoio individualizadas e efetivas para o desenvolvimento em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena, bem como a implementação de adaptações razoáveis.

Exige-se dos Estados-Partes a adoção de medidas tendentes à facilitação do aprendizado do Braille, escrita alternativa, modos, meios e formatos de comunicação aumentativa e alternativa, e habilidades de orientação e mobilidade, além de facilitação do apoio e aconselhamento de pares, bem como assegurem acesso ao ensino superior em geral, treinamento profissional de acordo com sua vocação, educação para adultos e formação continuada, sem discriminação e em igualdade de condições.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência é a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 que contou com vacatio legis de 180 (cento e oitenta) dias, ou seja, somente passou a produzir efeitos após este período de tempo. A aludida lei constitui um avanço no campo normativo e contou com ampla participação social em seu processo de elaboração. Tratou-se de ampla construção coletiva que contou com a apresentação de proposta de substitutivo ao Projeto de Lei nº 7699/06 de grupo de trabalho instituído pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República com membros da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), da Secretaria de Direitos Humanos e de juristas convidados³. Ademais, houve intensa participação com cerca de mil propostas apresentadas

³<http://www.sdh.gov.br/noticias/2013/maio/gt-que-trata-do-estatuto-das-pessoas-com-deficiencia-entrega-versao-final-do-documento-a-ministra>

no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados⁴ em consulta pública realizada pela Deputada Relatora Mara Gabrilli⁵, além de várias audiências públicas organizadas em diversos rincões do Brasil citando como exemplo audiências públicas na Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro⁶.

A LBI regula a matéria no Título II, Capítulo IV, entre os artigos 27 a 30. Dentre outros direitos, a lei garante o direito ao sistema educacional inclusivo, acessibilidade, oferta do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação.

É relevante registrar que o art. 28, parágrafo primeiro da lei prevê a obrigatoriedade do cumprimento do disposto nos incisos I, II, III, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII e do caput deste dispositivo às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações⁷.

⁴<http://edemocracia.camara.gov.br/>

⁵<http://maragabrilli.com.br/lei-brasileira-da-inclusao/>

⁶<http://www.oabrij.org.br/noticia/82809-estatuto-da-pessoa-com-deficiencia-tera-2-audiencia-publica>

⁷ Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

- I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;
- II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;
- III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;
- IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;
- V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;
- VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;
- VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;
- VIII - participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;
- IX - adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;
- X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;
- XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;
- XII - oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação;
- XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;
- XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;
- XV - acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;
- XVI - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;
- XVII - oferta de profissionais de apoio escolar;
- XVIII - articulação intersetorial na implementação de políticas públicas.

O mencionado dispositivo foi objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5357 ajuizada pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen) para questionar a constitucionalidade do parágrafo primeiro do artigo 28 e caput do artigo 30 da Lei 13.146/2015. A autora da ação sustenta que as normas em tela violariam diversos dispositivos constitucionais, especialmente o art. 208, III, da Constituição de 1988, em que incumbe ao Estado o atendimento educacional de pessoas com deficiência. Alega, outrossim, que as medidas gerariam alto custo para as entidades de ensino podendo, inclusive ocasionar o encerramento de suas atividades.

O Relator da ação, Ministro Luiz Edson Fachin, julgou improcedente o pedido autoral e salientou que, embora o serviço público de educação seja livre à iniciativa privada, independentemente de concessão ou permissão, isso não significa que os agentes econômicos que o prestam possam atuar ilimitadamente ou sem responsabilidade. Ele lembrou que, além da autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público, é necessário o cumprimento das normas gerais de educação nacional e não apenas as constantes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei 9.394/1996), como alega a Confenen. “Em suma: à escola não é dado escolher, segregar, separar, mas é seu dever ensinar, incluir, conviver”, afirmou o relator⁸.

A decisão contou com 10 votos favoráveis à constitucionalidade das normas insertas na LBI e um voto contrário entendendo que os artigos 28 e 30 não poderiam exigir múltiplas providências à iniciativa privada. O voto divergente é da lavra do Ministro Marco Aurélio Mello que afirma “O Estado não pode cumprimentar com o chapéu alheio, não pode compelir a iniciativa privada a fazer o que ele não faz porque a obrigação principal é dele [Estado] quanto à educação. Em se tratando de mercado, a intervenção estatal deve ser minimalista. A educação é dever de todos, mas é dever precípua do Estado”.

Outro ponto importante é o Tratado de Marraqueche que visa a facilitar o acesso de obras por pessoas cegas, com baixa visão ou com dificuldade de manusear materiais impressos. Para tanto, é exigido que os países elaborem uma legislação interna capaz de garantir a reprodução, distribuição e produção de formatos acessíveis, como Braille, livro com caracteres ampliados, livros em formato digital e audiolivros. Outro mecanismo previsto é o intercâmbio dessas obras acessíveis entre os países (exportação e importação), para democratizar e aumentar o

§ 1º Às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se obrigatoriamente o disposto nos incisos I, II, III, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII do **caput** deste artigo, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações.

§ 2º Na disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras a que se refere o inciso XI do **caput** deste artigo, deve-se observar o seguinte:

I - os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras; ([Vigência](#))

II - os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras.

⁸<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=318570>

acesso ao conhecimento por pessoas com deficiência. Ambas as medidas não preveem pagamento tampouco autorização de direitos autorais a autores e editores.

O Canadá ratificou, no dia 30 de junho de 2016, o Tratado de Marraqueche junto à Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), tornando-se o vigésimo país a aderir ao tratado internacional. Com isso, o Tratado recebe o número necessário de ratificações para entrar em vigor fato que ocorrerá noventa dias após a última homologação, ou seja, 30 de setembro de 2016. O Brasil depositou a ratificação junto à OMPI em 11 de dezembro de 2015⁹.

Atualmente, o Brasil conta apenas com duas instituições de referência em material acessível, quais sejam, o Instituto Benjamin Constant (IBC), órgão integrante do Ministério da Educação e a Fundação Dorina Nowill para Cegos, fundação privada¹⁰. A produção de e books avança no quesito acessibilidade, mas não a garante por completo uma vez que ainda possui restrições de navegabilidade. A utilização do formato Dayse, por sua vez, é plenamente acessível contendo descrição de imagens por exemplo.

No que se refere aos avanços na formação das pessoas com deficiência visual, pode-se perceber que a utilização de recursos como práticas pedagógicas inclusivas, de recursos tecnológicos, tais como softwares leitores de tela (NVDA, Jaws, Virtual Vision), ampliadores de caracteres (Zoon Text e Magic), circuitos fechados de TV, lupas eletrônicas e livros digitais auxiliam de forma decisiva permitindo o acesso à educação em igualdade de oportunidades com as demais pessoas reduzindo sobremaneira barreiras. Não se pode olvidar do Sistema Braille, sistema de leitura e escrita, essencial para a alfabetização e o contato direto com a língua portuguesa.

Por fim, buscou-se fazer um apanhado de instrumentos jurídicos, tais como a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) e o Tratado de Marraqueche como ferramentas que permitam o avanço na formação das pessoas com deficiência visual.

⁹ <http://www.brasil.gov.br/cultura/2015/12/brasil-entrega-ratificacao-ao-tratado-de-marraqueche>

¹⁰ Moisés Bauer Luiz, ex-presidente da Organização Nacional dos Cegos do Brasil (ONCB) explica de forma clara no que consiste o tratado e a realidade brasileira. <https://www.youtube.com/watch?v=kT4VZYJKo38>

Produção de material inclusivo para a educação de pessoas com deficiência visual

Professor D.Sc. Aires da Conceição Silva (IBC)

O Instituto Benjamin Constant¹ (IBC), centro de referência nacional na área da deficiência visual, além de possuir uma escola, capacitar profissionais, realizar consultas oftalmológicas à população e reabilitar pessoas que ficaram cegas, possui um grande complexo de produção e distribuição de material especializado. O Departamento Técnico-Especializado (DTE) planeja, coordena e supervisiona atividades ligadas à produção e distribuição de material especializado a nível nacional e pesquisa na temática da deficiência visual. Estão subordinadas ao DTE, três divisões com a função de produção de material: Divisão de Imprensa Braille (DIB), Divisão de Pesquisa e Produção de Material Especializado (DPME) e Divisão de Pesquisa, Documentação e Informação (DDI). A DIB é responsável pela adaptação, transcrição, revisão e impressão de livros didáticos e paradidáticos e revistas, ali são impressas mais de 4,5 milhões de páginas em Braille anualmente. A DDI além de registrar e acompanhar o desenvolvimento de pesquisas na Instituição, coordena a edição da Revista Brasileira para Cegos², sendo esta a primeira revista em Braille do Brasil lançada em 1942, e da revista infantojuvenil Pontinhos, lançada em 1959. Ambas as revistas tem tiragem de mais de três mil exemplares e são distribuídas nacionalmente e no exterior. A edição semestral da revista Benjamin Constant, a qual contém publicações científicas ligadas à área da educação e deficiência visual, também é de responsabilidade da DDI. Esta revista é impressa em tinta e em Braille, e seus artigos estão disponíveis em formato acessível no site do IBC. A DPME produz, adapta e distribui, em âmbito nacional, diversos materiais em relevo, produzidos em películas de PVC impressas na máquina de thermoform e também recursos tridimensionais. Além disso, grava, edita e distribui audiolivros. São distribuídos mais de 13 mil materiais anuais por essa divisão, entre audiolivros e recursos grafotáteis.

Entre os materiais desenvolvidos de minha autoria e área de formação, e já disponível no site do IBC para as instituições de ensino que atendam deficientes visuais, está o Caderno de Tabela Periódica – Organização e Classificação dos Elementos Químicos, o qual foi desenvolvido ao longo de 2014 devido a dificuldades encontradas pelos alunos do oitavo ano do IBC ao se depararem com a Tabela Periódica em Braille. A Tabela Periódica é um dos maiores materiais produzidos pela DPME, tendo 56cm x 33cm (LxA), sendo de difícil manuseio pelo aluno, portanto antes de introduzi-la em sala, desenvolvi um caderno pedagógico de 28cm x 29cm, ou seja, este formato tem o tamanho ideal, já que os alunos conseguem utilizar as duas mãos para manipulá-lo sobre uma superfície plana. Esse material contém o formato geral da Tabela Periódica feito apenas com linhas para que os alunos saibam como é

realmente a Tabela, ou seja, que ela é constituída de 118 quadrados e em cada um deles existe um elemento químico. Além disso, contém a divisão dos elementos de acordo com suas propriedades físicas e químicas em metais, ametais e gases nobres, o que os auxilia muito na identificação deste na Tabela Periódica propriamente dita. E também contém a representação de grupos com nomes característicos da Tabela. Este material foi aprovado pelos revisores cegos do IBC e pelos alunos, apresentando excelentes resultados em sala de aula.

Em 2016, o grupo de pesquisas “Conhecimentos científicos ao alcance das mãos” foi formado e conta com quatro professores do IBC nas áreas de Química, Biologia e Matemática e com a parceria de professores da rede federal, estadual e municipal. Em Química, especificamente, temos a colaboração de professores doutores do IFRJ – Campus Duque de Caxias, onde concorremos a um edital interno e duas bolsas de iniciação foram pleiteadas e obtidas. O objetivo do grupo é o de desenvolver materiais nas disciplinas mencionadas e capacitar profissionais que atuem na área da educação especial e inclusiva. Neste intuito, ministramos as oficinas/cursos de Produção de Material Didático Especializado e Introdução à Grafia Química em Braille. Além disso, trabalhos aprovados em diversos eventos já foram apresentados pelo grupo.

Ao final da palestra, foram apresentados outros trabalhos desenvolvidos em Química com a temática sobre propriedades específicas da matéria, contendo tópicos como estados físicos da matéria, misturas e curvas de aquecimento. Tais materiais estarão disponíveis para distribuição a partir de 2017.

Com isso, podemos concluir que o desenvolvimento de recursos didáticos em relevo auxilia o aluno com deficiência visual no processo de ensino-aprendizagem e que o Instituto Benjamin Constant contribui na produção e distribuição efetiva de diversos materiais especializados em âmbito nacional.

Referências:

1. INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. Disponível em:
<<http://ibc.gov.br/?catid=13&blogid=1&itemid=89>>. Acessado em 29 ago. 2016.
2. CERQUEIRA, J. B.; PINHEIRO, C. R. G.; FERREIRA, E. M. B. O Instituto Benjamin Constant e o Sistema Braille. Revista Benjamin Constant, Ed. especial, p. 29-47, 2014.

Lista dos resumos I Simpósio Além do Olhar da UFF

1 - A audiodescrição na formação docente.....	28
2 - A inclusão do deficiente visual na educação infantil	29
3 - A música como aliada para construir conhecimentos em geometria para alunos cegos.....	30
4 - Etapas de adaptação de livros didáticos para PNLD no Instituto Benjamin Constant: uma nova proposta	31
5 - O desafio do deficiente visual cego e/ou com baixa visão no contexto escolar: recursos, práticas e formação humana	32
6 - Revendo o olhar em sala de aula	33

1 - A audiodescrição na formação docente

Lindiane Faria do Nascimento & Rejany dos Santos Dominick

CMPDI / UFF

A Audiodescrição como tecnologia em livro didático: um guia de orientação aos professores da educação básica” é um projeto em andamento no Mestrado Profissional Diversidade e Inclusão. Buscamos construir conhecimentos acerca da temática com o apoio do Instituto Benjamin Constant e de referenciais teóricos na área. O guia sobre audiodescrição poderá contribuir para um melhor entendimento, por parte dos professores da educação básica, sobre a importância de fazer uma audiodescrição de qualidade para que seja possível potencializar a construção de conhecimentos dos alunos com deficiência visual. A audiodescrição é uma tecnologia que busca traduzir as imagens em palavras e contribui não apenas para a melhoria do desempenho escolar, mas também para o desenvolvimento de habilidades para a vida, sendo ainda um importante recurso de acessibilidade para a participação na sociedade. No caso do livro didático, estas permitem ao aluno o acesso a informações importantes e complementares que auxiliam na compreensão dos conteúdos que estão sendo trabalhados. Visando disseminar a audiodescrição e coletar informações para desenvolver o recurso, realizamos três oficinas introdutórias sobre o tema, com 59 licenciandos de distintos cursos da UFF, matriculados nas turmas I2, A3, I1 de Didática. Elas foram desenvolvidas com características da metodologia ativa, aonde apresentou-se imagens estáticas de livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático e da prova do ENEM. Foram dadas orientações básicas sobre o recurso no intuito de propor discussão sobre como seria uma audiodescrição que permitisse ao aluno cego ter a mesma oportunidade de entendimento que um aluno vidente sobre a imagem em termos das informações que ela transmite. Assim, os participantes contribuíram com suas experiências, com o processo de construção coletiva do roteiro audiodescritivo de 12 imagens, em parceria com uma consultora cega, que foi capaz de qualificar o material pelo ponto de vista dos usuários do recurso. Estas imagens serão disponibilizadas para consulta no guia. Novas imagens, definições e orientações sobre o recurso estão sendo sistematizados para compô-lo. A autoavaliação realizada pelos participantes revelou que grande parte acreditava que tal recurso fosse desnecessário, mas esta concepção foi modificada após a oficina. Acreditamos que a escolarização das pessoas com deficiência visual possa acontecer com mais qualidade tendo presentes professores capacitados.

Palavras-chave: educação básica, livro didático, escolarização.

2 - A inclusão do deficiente visual na educação infantil

Tatiana Gregório Campos¹

CMPDI /UFF

A inclusão de crianças com deficiência na rede pública de ensino é garantida por lei. As legislações em vigência no nosso país (LDB – Lei de Diretrizes e Bases, LBI – Lei Brasileira de Inclusão e notas técnicas do MEC) garantem o acesso e permanência destas crianças nestes espaços educacionais. Mas será que a formação docente garante profissionais qualificados para trabalhar com a multiplicidade de sujeitos que frequentam estes espaços? O presente trabalho tem como objetivo verificar se a formação docente fornece subsídios teórico/prático para se trabalhar com crianças com deficiência visual, público alvo, também, da educação especial. A coleta de dados foi realizada entre dezesseis profissionais de educação com formação em Pedagogia, de uma instituição pública, modalidade creche, que atende crianças entre dois e três anos de idade, a partir de um questionário impresso. Compreendemos que a necessidade de se introduzir precocemente as ferramentas e instrumentos aos alunos com deficiência visual para a construção de sua autonomia escolar e social se torna, cada vez mais, imperiosa. Nesta instituição, onde cem crianças estão matriculadas, somente 30% dos profissionais formados em Pedagogia, tiveram durante sua formação alguma disciplina que falasse na deficiência visual e que mesmo assim não se sentiam capacitados para lidar com este público alvo. Isto ratifica que, a existência das leis não garante que o processo de inclusão aconteça, efetivamente, o que evidencia as dificuldades que dar-se-ão pela ineficácia encontrada nos cursos de graduação que não capacitam seus alunos, futuros profissionais da educação, a trabalharem numa perspectiva inclusiva, garantida por lei. Concluímos, então que, mais que apresentar uma maneira diferente de “ler” e “escrever” o mundo, mais que dar autonomia, é essencial, olhar a criança com olhos desvendados de preconceito. Olhar e verdadeiramente “enxergar” o outro como um sujeito de direitos, mas só será possível quando for oferecido subsídios para isso na formação destes profissionais, hoje tão deficiente.

Palavras-chave: rede pública de ensino, formação docente,

3 - A música como aliada para construir conhecimentos em geometria para alunos cegos.

Tânia Maria Moratelli Pinho¹ & Neuza Rejane Wille Lima²

1-IBC - CMPDI UFF

2 - CMPDI UFF

O olhar na maioria dos alunos para o ensino de Matemática é sempre sinônimo de dificuldades, criando aversões. As práticas docentes podem minimizar tais sentimentos. Nesse contexto, a música pode ser uma aliada também para alunos cegos. Segundo Alvin, em sua publicação de 1951, as crianças cegas “não são mais sensíveis à música que outras crianças, mas a música pode ter para eles um significado especial”. O objetivo do presente estudo foi avaliar se a utilização de uma música teria efeitos na construção do conhecimento quanto aos entes primitivos da geometria: ponto, reta e plano. Tal ideia se evidenciou após a constatação de que alunos do 8º ano do IBC não retiveram tal conteúdo. Para tanto, a docente preparou uma oficina utilizando uma música. “Aquarela” (1983) de autoria Vinicius de Moraes, Toquinho, Guido Morra e Maurizio Fabrizio, foi a escolhida. A oficina foi realizada com 14 alunos cegos do 6º ao 9º ano do IBC, com uma duração de 100 minutos. Cada aluno recebeu a letra da música em Braille. Sentiram dificuldades para cantar, visto que tinham que cantar e ler em Braille ao mesmo tempo. Logo depois, a música foi reproduzida em estrofes com a respectiva análise da letra. Fizeram algumas indagações sobre situações presentes na música assim como, por exemplo, o que era uma luz piscando, um compasso dentre outras. Foi oferecido um compasso utilizado por videntes. Houve uma rejeição ao mesmo, devido a sua ponta de metal. Um compasso foi construído utilizando um lápis e barbante. A partir de então começaram a interpretar a letra da música, de modo que ficou perceptível que os alunos se apropriaram dos conceitos geométricos propostos, fazendo relação também com outras ideias. Após toda a intervenção, com a execução e interpretação da letra da música, perguntou-se a respeito das ideias sobre ponto, reta e plano encontradas na letra da música. Cerca de 90% dos estudantes responderam com presteza ao solicitado. Com a realização da presente oficina pode-se constatar que a construção do conhecimento sobre tal conteúdo foi realizada com sucesso, de forma lúdica, e que a música é uma aliada para trabalhar conteúdos de Matemática.

Palavras-chave: práticas docentes, Aquarela, compasso adaptado

4 - Etapas de adaptação de livros didáticos para PNLD no Instituto Benjamin Constant: uma nova proposta

Thiago Ribeiro Duarte¹ & Neuza Rejane Wille Lima²

1- IBC- CMPDI UFF

2- CMPDI UFF

Na perspectiva da inclusão educacional, o Ministério da Educação distribui através de seu Programa Nacional do Livro Didático – PNLD livros adaptados para os alunos deficientes visuais. Para alcançar tal objetivo, a demanda é redirecionada para o Instituto Benjamin Constant – IBC, instituição especializada no ensino dos alunos com deficiência visual. No entanto, para que isso ocorra, é preciso que o livro passe por um longo processo, que envolve: adaptação, transcrição, revisão, impressão e encadernação. É necessário adequar a realidade institucional às demandas que acompanham as transformações nos livros didáticos e paradidáticos. A pesquisa propõe uma reformulação para o processo de adaptação de livros didáticos e paradidáticos para alunos com deficiência visual em escolas regulares assim como em escolas especializadas, permitindo a coparticipação pesquisador e pesquisado no seu desenvolvimento, tornando a sala de aula um profícuo objeto de estudo. Como produto deste trabalho, pretende-se elaborar um manual de adaptação que servirá de ferramenta para aproximar o livro em Braille do livro em tinta. Para alcançar tais objetivos, ocorrerá a produção de material adaptado, testado por consultora Braille antes de ser levado à sala de aula; testagem do material com alunos e professores, confrontando as observações do pesquisador com os questionários e entrevistas semiestruturadas respondidos pelos professores e alunos; divulgação dos resultados encontrados por meio de artigos científicos; elaboração do manual de adaptação. Até o presente momento foram adaptados os livros da coleção Projeto Ápis (Língua Portuguesa, Geografia, História, Matemática e Ciências) do 4º e 5º ano, totalizando 8 livros. Foram atendidos 30 alunos das séries citadas e o plano é se estender para os demais níveis. Os livros foram adaptados em 2 meses (agosto a outubro 2015). Os resultados preliminares da pesquisa apontam para um sucesso das adaptações visto que quatro professores manifestaram em reunião que as adaptações atenderam as suas necessidades. Desses quatro, três fizeram adendos as adaptações iniciais, contribuindo para a construção do manual. A classificação das adaptações, niveladas de 0 a 5, tiveram classificação final de 4, ou seja, satisfatórias. Ao fim da pesquisa, o referido manual será oferecido aos profissionais que realizarão o trabalho de adaptação em escolas, CAPs, NAPNEs e em quaisquer locais onde há a adaptação de materiais para alunos com deficiência visual.

Palavras-chave: Braille, entrevistas semiestruturadas, manual.

5 - O desafio do deficiente visual cego e/ou com baixa visão no contexto escolar: recursos, práticas e formação humana

Garrolici de Fatima Peixoto de Alvarenga¹ & Luiz Antonio Botelho Andrade²

CMPDI /UFF

Embora o Brasil tenha avançado com as Políticas Públicas de Inclusão nesta última década, existe ainda uma barreira atitudinal a ser vencida por parte de alguns membros do corpo docente, quanto à inclusão do estudante cego, ou com baixa visão, no Sistema Regular de Ensino (SRE). Essa inabilidade no lidar com a diferença pode explicar as queixas de abandono acadêmico proferidas por estudantes cegos que se ressentem de uma aprendizagem significativa. Fazendo de conta que estão incluídos no SRE, a pessoa cega e/ou com baixa visão (BV) se torna, muitas vezes, invisível para alguns professores que naturalizam e justificam esta invisibilidade com o argumento da falta de formação específica. Pelo lado mais frágil, a "ausência", nesta "presença invisível", se naturaliza, paulatinamente, até que aquele que não vê, não incomoda e não reclama, desapareça completamente para o outro, como na metamorfose kafkiana. Partindo-se desse questionamento sobre a invisibilidade do cego no SRE nos perguntamos: como ocorre a aplicação dos recursos tecnológicos e pedagógicos para o desenvolvimento das competências e habilidades dos mesmos na rede pública de ensino? Para responder a esta pergunta, entrevistamos cinco estudantes cegos, três com baixa visão e oito docentes, vinculados à rede pública municipal de São Gonçalo. Essas entrevistas, construídas e realizadas na forma semi-estruturada, foram registradas por escrito, gravadas e/ou filmadas, na perspectiva futura da confecção de um documentário. Elas foram obtidas com o livre consentimento e autorização expressa dos entrevistados. Nossos resultados, ainda que preliminares por causa do pequeno número de nossa amostragem, são contundentes quanto às queixas de "invisibilidade" dos discentes e rico em pistas investigativas, indicadas pelos próprios docentes, que apontam como problemas a falta de estrutura da escola, o número excessivo de estudantes, mas, principalmente, a falta de formação específica dos mesmos para fazer bom uso das tecnologias de suporte e de estratégias pedagógicas que facilitam o processo ensino-aprendizagem dos estudantes cegos no cotidiano escolar. Assim, como conclusão, o nosso trabalho reforça a importância de se aprimorar e investir na formação docente.

Palavras-chave: Sistema Regular de Ensino, entrevista semi-estruturada, tecnologias de suporte, estratégias pedagógicas.

6 - Revendo o olhar em sala de aula

Ângela S. de Mattos Esteves & Dagmar de Mello Silv²

CMPDI /UFF

As estratégias e os recursos didáticos são primordiais para a participação do aluno com deficiência visual nas aulas de uma maneira geral no ensino regular. Como consta na Lei Brasileira de Inclusão de 2015 (LBI) é necessário garantir os processos inclusivos nas escolas a fim de garantir autonomia e construção de cidadania das pessoas com deficiência. Essa pesquisa teve como objetivo investigar a formação docente para atuar com o alunado com deficiência visual, se já atuaram com alunos deficientes visuais, se se julgam capacitados para trabalharem nessa perspectiva de inclusão, quais as estratégias de ensino e/ou adaptações de recursos para o aluno com deficiência visual conhecem e/ou já utilizam e caso contrário o que apresentam como formas de capacitação profissional. Para coleta de dados distribuímos 36 questionários impressos para profissionais de uma instituição privada de ensino. A partir da análise dos questionários constatou-se que, todos têm nível superior completo com licenciatura, catorze com especialização, sendo um em inclusão de alunos deficientes na escola, sete têm curso na área de educação inclusiva, sendo dois com curso na área de deficiência visual e um com curso em braile e outro com curso em soroban, braile e baixa visão. Onze são mestres, dois realizam o mestrado, dois realizam o doutorado. Constatou-se, também que, apenas cinco profissionais tiveram experiência com alunos com deficiência visual e não se julgam capacitados para atender este público alvo, pois nenhum utilizou de recursos específicos como Braile ou Soroban para o trabalho, utilizando como estratégia de ensino adaptações como ampliação de letras e uso de prancheta reclinável. Os professores relatam que não se sentem capacitados para trabalhar com o público alvo desta pesquisa, em função de entenderem que a formação é deficitária para atuação com estes alunos, e que esta formação precisa ser buscada em cursos livres ou de extensão. Concluímos, então, que há uma urgência na adequação na formação, bem como o incentivo a formação continuada dos docentes. Os cursos de Licenciatura precisam fomentar, não só a formação para este alunado, como também para o trabalho com o público alvo da educação especial em geral. Embora os profissionais tenham acesso a algum conhecimento na área, buscando uma capacitação além de sua formação primária, os mesmos não se sentem capacitados para tal atuação, pois as estratégias e recursos nem sempre oferecem os resultados esperados.

Palavras-chave: formação docente, ampliação de letras, prancheta reclinável



NITERÓI, RJ

Dias 15 e 16 de dezembro de 2016

Sinopse do III Encontro de Diversidade e Inclusão da UFF - 2016

O evento promoveu o diálogo sobre diferentes pontos de vista e as estratégias vigentes no âmbito das questões que envolvem os **CURRÍCULOS** no ensino inclusivo e as **MUDANÇAS DE PARADIGMAS** envolvendo a diversidade e a inclusão em todas as suas dimensões (sociais, educacionais, políticas e culturais), visando promover discussões e reflexões sobre as práticas relacionadas ao tema em questão.

Esse evento foi coordenado pela Professora Doutora Neuza Rejane Wille Lima e sub-coordenado pela Professora Doutora Cristina Maria Carvalho Delou e contou com a participação de quatorze alunos do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão que compuseram a Comissão Organizadora do Evento:

- Adenir Pereira de AraujoMoulin
- Ana Cecília da Rocha Santos
- Ana Modestina Pereira Lafetá Cabral
- Ana Nogueira Braga
- Anna Persia Rodrigues Bastos
- Dandara Cristina Conceição de Paula
- Giovanna Mara Ciampi Costa Barroso
- Jéssica Nunes de Carvalho
- Luciana Fernandes Rêgo
- Luciana Perdigão
- Lucio Lugao de Macedo
- Raquel Lutterbach Ferreira Giannini
- Rosália Alvim Côrtes
- Walter Alves Sansão

Local, data e horário

Universidade Federal Fluminense (UFF), Rua Visconde do Rio Branco, 55, Campus Gragoatá. Bloco F (Auditório do Instituto de Economia)
15 e 16 de dezembro de 2016
Início: 8h - Término: 17:30h

Programação do III Encontro de Diversidade e Inclusão da UFF

15 de dezembro

Hora	Tema	Relator	Instituição de origem
08h – Credenciamento			
08h45 - Abertura da mesa			
09h-10h	Palestra de abertura: Currículo e a educação do deficiente visual	Doutor João Ricardo Melo Figueiredo	Instituto Benjamin Constant
10h15–Coffee break			
11h - 12:30h	Mesa-redonda Mudanças de Paradguima	Dra. Márcia Moraes Dr. Ricardo Janoario Dra. Maria Carmen Euler Torres	Instituto Nacional de Educação de Surdos
12h30 - Intervalo para almoço			
14h - 16h	Apresentação de Pôsteres		
16h - 16:30h Coffee break			
16:30h- 18h	Palestra de Fechamento	Ms; Ielva Maria Costa de Lima	Instituto Superior Anísio Teixeira, Instituto de Educação Clélia Nanci & Prefeitura de São Gonçalo

16 de dezembro

Hora	Tema	Relator	Instituição de origem
09h-10:30h	Relatos de Experiências	Dr. Carlos Alberto Andrade Dra. Janie Gracia	Universidade Federal Fluminense
10:30h—Coffee break			
11h - 12:30h	Relatos de Experiências	Dra. Roberta Gomes Dr. CrisitanoMartins Moreira	Instituto Nacional de Educação de Surdos Advogado & Mestrando do CMPDI/UFF
12h30 - Intervalo para almoço			
14h - 16h	Apresentação de Pôsteres		
16h - 16:30h Coffee break			
16:30h-18h	Palestra de Fechamento	Dra. Rosana Prado	Instituto Nacional de Educação de Surdos

Relatos

Currículo multicultural e as perspectivas não-sexistas

Marcia Moraes (INES)

O uso de linguagem sexista, especialmente na língua portuguesa escrita, sem dúvida, colabora para a perpetuação do papel subjugado da mulher. Considerando o fato de a linguagem ser uma criação humana, ela deve ser sempre analisada, contestada e, quando necessário, alterada porque, dependendo do uso que se faça, ela pode servir para coisas muito boas, como ajudar, informar, ensinar. Ela pode, também, servir a péssimas ações, como destruir, deturpar etc.

Em nossa sociedade, que é patriarcal, a linguagem sexista, que privilegia sempre os homens, está em todas as esferas sociais. O uso de uma linguagem que não-sexista não é apenas necessário, mas urgente. Esse ponto é crucial para que seja iniciado um debate para o desenvolvimento de um currículo efetivamente multicultural.

O estudo da participação da mulher na construção da nossa história, infelizmente, ainda é um processo incompleto e que deve continuar a ser realizado, para que seja possível desvendar as inúmeras participações femininas na construção social. No entanto, o sexismo linguístico em muito tem colaborado para manter a mulher em profundo ostracismo social.

Uma das consequências do sexismo linguístico é que as mulheres são sistematicamente bloqueadas no acesso ao poder, uma vez que seu comportamento linguístico — acoplado aos demais comportamentos assinalados para elas pela sociedade — reforça a ideia de sua incapacidade, de ausência de compreensão dos assuntos sérios, da futilidade de seu pensamento e que mulher só serve mesmo para cozinhar, limpar, cuidar da casa, dos filhos e das filhas e para os assuntos considerados supérfluos, tais como moda, viagem, salão de beleza.

A linguagem sempre tende a reforçar o *status quo* e ajuda a perpetuar atitudes sexistas e práticas que inibem qualquer perspectiva de mudança social. É fato que inúmeras mulheres tendem a ver sua participação social como a linguagem as vê. Expressões como “símbolo sexual” ou “mulher do Fulano” ou “do lar” ou “popozuda” fazem das mulheres algo trivial, através de específicos usos linguísticos sexistas que as mantêm totalmente subjugadas.

A maior parte das pessoas jamais pensaram ou tiveram a oportunidade de perceber o sexismo linguístico que nos rodeia. E sempre há espanto quando constatamos momentos nos quais experimentaram ou exercitaram o sexismo linguístico. *Exatamente quando nomeamos uma experiência é que conseguimos ter consciência dela, compreendê-la em outra dimensão, guardá-la na memória.* Então, muitas mulheres experimentam o sexismo linguístico *inconscientemente*, porque nem imaginam como nomeá-lo, por isso, não reagem à discriminação.

Não posso concordar com a teoria pós-moderna ou pós-estruturalista ortodoxa, que defende que a individualidade é tão variada e extensa, tão híbrida, que não temos condições de falar sobre grupos — no caso, o grupo das mulheres —, mas defendo que esse grupo social tenta conquistar, ao longo dos anos, o direito de uma identidade de grupo, resguardadas as diferenças internas.

Defendo que a parte crucial da compreensão sobre a identidade da mulher na sociedade deve ser relacionada ao resgate da subjetividade feminina, que requer uma explicação sobre o porquê de ela ter se tornado objeto de exclusão. A exclusão social é muito difícil de ser encarada, apesar de muitas jovens não reconhecerem esse movimento. Cabem, então, algumas perguntas: o que a escola tem feito para modificar esse quadro? Qual a perspectiva multicultural que o currículo escolar tem explorado com relação às questões de gênero?

É importante que a escola reconheça que o *sexismo é uma teia complexa de práticas, instituições e ideias que, juntas, dão mais poder aos homens e anulam as mulheres.* O sentido de poder empregado nessa perspectiva é o da habilidade de decisões sociais, que incluem os interesses sociais, econômicos e políticos. A questão crucial dessa análise é o fato de que as

mulheres raramente estão conscientes dos efeitos de toda esta *teia de práticas que trabalha para privá-las do exercício social a que têm direito*.

Toda a dimensão desses problemas enfrentados pelas mulheres não é o mesmo para todas, obviamente, porque são diversificados, de acordo com a posicionalidade de classe, etnia e orientação sexual. Desse modo, a questão, partindo dessa constatação, é uma análise junto aos estudantes, no desenvolvimento curricular, de como essas práticas são construídas como discursos, que são considerados para a produção das experiências e que significam formas moralmente reguladas, construídas dentro das formas sociais, revelando relações de poder; expressando e reforçando as desigualdades sociais. Um exemplo para ilustrar esses aspectos é o fato de as pessoas serem constantemente avaliadas pela roupa que usam ou pelo modo que mantêm seus cabelos. O currículo multicultural, então, deve lutar contra o reducionismo; considerar as diferenças como relacionais e dialéticas; perceber a manipulação ideológica na definição de grupos (mulheres, homens etc.).

O conceito de um currículo multicultural *não* é aquele que defende a ideia sublime de que “todas as pessoas são iguais”. O conceito de igualdade tem sido usado pejorativamente por conservadores, para argumentar que “as mulheres querem ser iguais aos homens”. Arrisco a generalização, dizendo que as mulheres *não são* e *não querem* ser iguais aos homens, mas a luta é pelo sentido de *condições sociais igualitárias*. A escola tem a obrigação de trabalhar na defesa de um currículo verdadeiramente multicultural que fortaleça todos os grupos há tanto marginalizados e dos quais a maioria das alunas e dos alunos fazem parte.

Palavras-chave: gênero–sexismo –currículo –multiculturalismo

Infâncias contemporâneas e crise de autoridade

Maria Carmen Euler Torres (INES)

O tema que pretendo abordar na mesa de debates sobre “Currículos e Mudanças de Paradigmas” discorrerá sobre as relações intergeracionais na escola e como vivemos hoje uma crise de autoridade principalmente entre adultos e crianças. Veremos como a crise de autoridade hoje se apresenta de forma singular e põe em questão tanto uma forma de relação entre adultos e crianças pautada na autoridade absoluta do adulto, quanto outra que o destituiu de seu lugar de autoridade e que produziu uma criança ligada a seus desejos e vontades. Por um lado, lamentamos a “autoridade perdida”, pois criamos uma imagem da ordenação dos lugares da criança e do adulto como se fossem necessários e universais. Por outro, ressentimo-nos da perda daquela autoridade porque não temos conseguido reconstruir as relações com a geração mais nova a partir de outra configuração de direitos e deveres de ambas as partes. Nosso objetivo é, portanto, compreender como a crise de autoridade no mundo atual pode conduzir a outras possibilidades de construção de uma autoridade legítima que invista os adultos de referência para as crianças e que possibilite a elas uma maior participação nos assuntos do mundo. Partindo de contribuições de Arendt, Levinás, Benjamim, Jonas e Castro, entre outros, analisamos como essa crise de autoridade pode conduzir a outras possibilidades de construção de uma autoridade legítima, considerando que a autoridade a ser exercida no contemporâneo pelos adultos deve investir de um lugar de referência e cuidado reconhecido pelas crianças que possibilite a elas uma maior participação nos assuntos do seu entorno. Concluímos que, em todas as vezes em que a autoridade adulta pode promover a aproximação com as crianças e assim também a construção de uma autoridade legítima, o afeto e a disponibilidade do adulto estavam presentes. Disponibilidade em ouvi-las, atendê-las em seus desejos, em ser responsável por elas, e acima de tudo, se propor a refletirem e resolverem juntos as dificuldades apresentadas.

Palavras - chave: crise de autoridade - responsabilidade – alteridade

Reflexões sobre a pedagogia antirracista e a interculturalidade do currículo

Ricardo Janoario (INES)

Deve-se levar em consideração que somos protagonistas de um mundo complexo o qual vem passando processos de mudança, cada vez mais velozes, provocados por uma série de revoluções – na ciência, na tecnologia, na economia, na política, nas estruturas demográfica e social. Consequentemente, os sistemas de ensino também cresceram e devem caminhar de acordo com essas transformações, porém percebe-se que tal sistema tem se adaptado vagarosamente ao ritmo de acontecimentos. Pode-se ainda dizer que um dos desafios da sociedade contemporânea é a criação de condições adequadas de práticas educacionais capazes de transformar o processo de ensino-aprendizagem acessível e de qualidade para todos. Levando em consideração o fato de que vivemos em sociedades multiculturais, desiguais, interligadas por diversas culturas; as questões multiculturais assumem, ao longo das últimas décadas, várias faces e concepções através de ações, geralmente, demandadas por lutas empreendidas pelos movimentos sociais ou grupos minoritários. O debate sobre inserção de propostas interculturais no cotidiano das escolas, nas universidades, sobretudo na sala de aula, nos remete à seleção de programas escolares, de estratégias de ensino, do sistema de avaliação, do papel do professor, do relacionamento entre professor e aluno, dos alunos entre si, da organização da escola, da relação entre escola e comunidade, enfim, da proposta curricular que envolve todos os aspectos supracitados. Atualmente, falar de propostas interculturalmente orientadas permiti-nos conectarmos a outros contextos, romper fronteiras, criar novas linguagens, novas possibilidades educacionais que levam em consideração a justiça social. Debater sobre a temática da diversidade e da inclusão significa repensar uma sociedade multiétnica que resguarda diferentes ideologias quanto aos modos de promover a igualdade de oportunidade. Cabe ressaltar, como a escola tem lidado com as múltiplas culturas que estão no seu cotidiano, isto é, a atitude que assume perante a diferença de cada cultura. Portanto, a

presente proposta de debate tem como objetivo refletir sobre a relação entre currículo, pedagogia antirracista e interculturalidade, pensando tal relação a partir das determinações da Lei 10.639/2003 e sua regulamentação pelo Parecer CNE/CP 03/2004 e pela resolução CNE/CP 01/2004 que introduz nos currículos da educação básica a obrigatoriedade do ensino da História da África e das culturas afro-brasileiras. Nesse sentido, é necessário iniciar o debate, apontando algumas indagações: como o campo do currículo e, conseqüentemente, a educação escolar tem abordado a diversidade étnicorracial? Quais os fatores que contribuem para a construção de uma proposta curricular antirracista e interculturalmente comprometida?

Palavras-chave: pedagogia antirracista, currículo, interculturalidade.

Lista dos resumos do III Encontro de Diversidade e Inclusão da UFF

1- A dislexia na escola: uma mescla de linguagem, cultura e música	46
2 - A inclusão de professores surdos.....	47
3 - A política pública de inclusão na eja para surdos	48
4 - A trajetória silenciosa da sexualidade dos surdos.	49
5 - Alfabetização matemática: a construção de conceitos matemáticos para alunos autistas surdos a partir da perspectiva da pedagogia visual	50
6 - Altas habilidades/superdotação em crianças e adolescentes de comunidades carentes do rio de janeiro: um estudo de caso sobre a atuação da ong instituto rogerio steinberg.....	51
7 - Aprendendo libras, uma nova cultura: experiência dos graduandos.	52
8 - Atendimento educacional especializado para alunos com altas habilidades ou superdotação: direito público subjetivo	53
9 - Atendimento educacional especializado: uma política pública da educação inclusiva.....	54
10 - Autismo na vida adulta e a inclusão educacional na EJA	55
11 - Avaliação de audiolivros para o ensino de pessoas com deficiência visual: temas de fronteira em biologia.....	56
12 - Cegueira e baixa visão na educação infantil (EI): inclusão necessária.....	57
13 - Cuidados de saúde às pessoas com síndrome de down: documento governamental brasileiro em versão “Easy Read”	58
14 - Dialogando com outras perspectivas textuais	59
15 - Estimulação essencial: onde estão nossas crianças com deficiência?	60
16 - EXPERIÊNCIAS: Inclusão na arte de aprender química.....	61
17 - Iluminando os invisíveis: identificação e primeiros atendimentos a alunos com altas habilidades ou superdotação na rede pública do município de Itaboraí.....	62
18 - Inclusão de alunos com deficiência visual nas aulas de química	63
19 - Legendando filmes para alunos surdos: uma proposta de acessibilidade.....	64
20 - O atendimento educacional especializado (AEE) no município de Saquarema.....	65

21 - O atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual: O lúdico na constituição e construção da aprendizagem.....	66
22 - O Ensino de Libras no CMPDI e a criação de uma Cartilha da Disciplina.	67
23 – Oficina Circuito Interativo: Vivenciar as deficiências promovendo inclusão.	68
25 – Oficina Descobrimos Altas Habilidades e Superdotação: Como utilizar a Lista Bases de Indicadores de Superdotação na Sala de Aula para a sua Autoavaliação.....	69
26 – Oficina Surdocegueira: Conceitos e Formas de Comunicação	71
27 - OFICINA: Produção de Materiais Pedagógicos Adaptados Acessíveis: Uma Proposta para Alunos com Deficiência Intelectual (DI)	72
28 - Oficina: altas habilidades ou superdotação na escola: identificando potenciais	73
29 - Relato de Experiência: Família e Escola uma parceria necessária no processo de Inclusão	74
30 - Resiliência inclusiva: relato <i>del</i> um por vir docente.....	75
31 – Revisão bibliográfica sobre Altas Habilidades / Superdotação e outras excepcionalidades	76
32 - Trabalhando conceitos de diversidade e inclusão na educação infantil através dos jogos paraímpicos e do uso de novas tecnologias.....	77
33 - Trabalho integrativo da associação de comunicação educativa roquette pinto para cegos e surdos.....	78

1 - A dislexia na escola: uma mescla de linguagem, cultura e música

Elaine de Fátima Cardoso Cordeiro & Luiz Antonio Botelho Andrade

CMPDI / UFF

A dislexia é um transtorno de aprendizagem de natureza biológica que gera dificuldades na leitura e na escrita, mas que pode ser minorado com estratégias pedagógicas adequadas. Sendo assim, cabe ao professor e a escola criar espaços educativos e utilizar estratégias pedagógicas que possam melhorar o processo de ensino-aprendizagem, autoestima e rendimento dos estudantes disléxicos. Movidos pela causa da inclusão escolar de estudantes disléxicos, iniciamos um estudo de caso com uma criança disléxica do 5º ano de uma escola pública de Araruama, buscando compreender os possíveis efeitos positivos da música sobre o processo ensino-aprendizagem na leitura e escrita. Para tanto, realizaremos questionários semiestruturados com professores, familiares, equipe de suporte pedagógico e com o próprio aluno, no intuito de conhecer o histórico e o perfil de cada um dos entrevistados, enquanto representantes de uma categoria. Buscaremos pesquisar também o conhecimento acumulado dos mesmos sobre a dislexia, tanto do ponto de vista conceitual, quanto comportamental. Partimos do princípio que a compreensão dos sintomas e dados do histórico da vida pessoal, familiar e escolar da criança contribuirão para que se possa entender melhor suas necessidades. A partir da observação e do delineamento metodológico desse estudo de caso, será iniciado um segundo momento com aplicações práticas envolvendo a musicoterapia associada ao ensino-aprendizagem de conteúdos específicos. Ainda que a abordagem da musicoterapia em disléxicos não tenha sido muito explorada, cabe colocar o tema em pauta para debate e reflexão. A música é um componente cultural desde os primórdios da humanidade, atraindo pessoas de todas as idades. Ela pode ser uma forma de minimizar o problema, uma vez que, ao integrar ritmo, métrica, letra, melodia e harmonia, mobiliza-se o todo o corpo. Para além de um conhecimento sobre a dislexia, este estudo de caso visa à produção de guia educativo para auxiliar o professor em seu trabalho docente com estudantes disléxicos.

Palavras-chave: Dislexia, Música, Educação.

2 - A inclusão de professores surdos

Nívia Carla Limeira de Sá Bochie Machado

CMPDI/ UFF

Essa pesquisa foi realizada na Escola Estadual de Surdos Augusto Carneiro, em Manaus e o tema é a inclusão de professores surdos numa escola de surdos. Como estratégia: (1) Coletei dados por meio de entrevistas semiestruturadas e questionários; (2) Fiz observações in loco; (3) Pesquisei o Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Escolar. Como resultados verificou-se que a escola utiliza mecanismos que possibilitam a inclusão de professores surdos: a) utilização da Libras como língua comum; b) presença de intérpretes de Libras; c) reconhecimento da experiência dos professores surdos; d) ambiente de troca entre professores ouvintes e surdos; e) compreensão de que professores surdos e ouvintes são iguais; f) abertura para que os professores surdos sugiram o que é melhor em termos de estratégias de ensino; g) oportunidades de formação continuada para professores surdos. Os professores surdos se consideram incluídos, ainda que entendem que a inclusão ainda não é plena. O uso da Libras pelos professores ouvintes na escola é feito de forma variável, pois nem todos são proficientes. A inclusão está contemplada como paradigma na Proposta Pedagógica da escola e também em seu Regimento Escolar. Os ouvintes geralmente desenvolvem concepções que precisam ser confrontadas e modificadas, caso se deseje que os professores surdos se sintam plenamente incluídos nas escolas que se dizem “inclusivas”. O que mais tem acontecido é garantir a presença de professores surdos para cumprir as determinações legais, mas, estes professores participam do cotidiano escolar como se fossem cidadãos de segunda categoria, que nada têm a acrescentar. Os estudantes surdos devem exigir os seus direitos, principalmente o de serem educados em sua língua natural, e também os professores surdos precisam exigir respeito para com sua condição de usuário de uma língua espaço-visual, pois são profissionais como outros quaisquer. Os professores surdos precisam se envolver no debate sobre a educação de surdos e também sobre a educação dos ouvintes.

Palavras-chave: Professores surdos, Inclusão, Libras.

3 - A política pública de inclusão na eja para surdos

Wellington Santos de Paula

INES/DESU

Situado no contexto educacional brasileiro do século XXI, A EJA apresenta diversas possibilidades de inclusão de todos os sujeitos que não tiveram acesso ao estudo na idade própria. Esse espaço vem abrindo caminho para a inclusão dos sujeitos surdos que por diversos motivos sociais, econômicos, culturais e linguísticos, muitos tiveram que abandonar os estudos, e estão retornando às salas de aulas. Com isso, a partir dos documentos legais e constitucionais, surgiu pela primeira vez um olhar significativo sobre as pessoas surdas, ressaltando a garantia de acesso à escolarização como um direito através de políticas públicas e acessibilidade linguísticas. Nosso pressuposto inicial foi eleger as políticas públicas educacionais do campo da educação especial, como foco na educação de surdos e a educação de jovens e adultos, procurando identificar se existe por parte das políticas públicas da modalidade da EJA, um reconhecimento nos aspectos educacionais dos jovens e adultos surdos. Para isso, fez-se necessário analisar os marcos narrativos dos documentos legais como a Constituição de 1988, a LDBN 9394/96, a Lei 10436/02, o Decreto 5626/05, o PNE-2014/2014 entre outros que norteiam as diretrizes curriculares e nas práticas pedagógicas destas duas modalidades educacionais. Os resultados apontam que a EJA vem se transformado efetivamente em um espaço inclusivo, por meio de mudanças conjunturais e movimentações sociais que forçaram as políticas públicas educativas permitirem o acesso dos surdos adultos em seu espaço. Para atender os objetivos proposto, o presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa e analítica, que priorizou a legislação vigente e as políticas públicas educacionais das duas modalidades analisadas, bem como, o processo sócio histórico em que estão ancoradas, as lutas dos sujeitos surdos por uma educação pública inclusiva e de qualidade social. A garantia de uma legislação nacional, faz parte da luta cotidiana dos sujeitos da educação de surdos por uma educação bilíngue e inclusiva em todos os níveis e esferas. Contudo, Para que haja de fato inclusão dos sujeitos surdos na EJA, faz-se necessário que as políticas públicas venham especificar a língua como lócus central de acessibilidade para os educandos surdos no processo de escolarização nessa modalidade de ensino.

Palavras-chave: EJA. Inclusão. Surdos. Políticas Públicas

4 - A trajetória silenciosa da sexualidade dos surdos.

Jéssica Nunes de Carvalho & Ruth Maria Mariani

CMPDI / UFF

A pesquisa médica acerca da surdez vem contribuindo em vários aspectos para a qualidade de vida da população surda; no entanto, cuidar dessa população não é apenas um assunto do âmbito da patologia. Na educação antes do século XX a inclusão era pouco pensada; a maioria das pessoas com deficiências eram segregadas por algum motivo, geralmente não tinham condições mínimas nem eram amplamente amparadas legalmente para participar no espaço da escola. A partir de então, surgem no Brasil, diferentes instrumentos legais que legitimam a inclusão na instituição escolar. Dessa forma, pode-se destacar a grande relevância da produção de materiais didáticos como instrumentos deste processo de inclusão, contemplando maior interação entre os alunos deficientes e ditos normais de uma mesma sala de aula. Segundo Assis, Pereira e Silva (2015) “sem esses materiais didáticos adaptados se torna, muitas vezes, inviável o processo de ensino-aprendizagem, pois muitos alunos se sentem excluídos por não estarem participando da aula. Além disso, tais materiais didáticos são responsáveis por motivar e melhorar a autoestima desses alunos”. A metodologia utilizada é a pesquisa-ação que acontece no INES, pois é de extrema importância fabricar todo o material e oficinas com os atores do processo e assim estaremos atendendo o movimento nada sobre nós sem nós; assim favoreceremos as ações e a produção cooperativa de conhecimentos específicos sobre a realidade desta comunidade. Para realização deste trabalho foi realizado um levantamento bibliográfico sobre os conteúdos a serem abordados nas oficinas que estão sendo aplicadas nas turmas da instituição, na grande área do ensino de ciências. Todo o projeto atende as exigências legais, pois foi realizada logo no início da pesquisa a inscrição do projeto na Plataforma Brasil, que considera todas as exigências. Essa pesquisa nos mostrou que há uma carência e necessidade de realizar estudos sobre o tema, pois foi encontrado 0 artigo com surdos/materiais didáticos e sexualidade na Base Scielo e somente 2 no Portal Capes. Destacamos na literatura artigos que mencionam que aqui ainda há dificuldades dos surdos brasileiros quanto ao acesso à saúde, com vista a melhorar as intervenções dos profissionais que tratam das doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, no atendimento a esta população seja nas escolas ou nos ambulatórios médicos (CHAVEIRO, et.al, 2009; RIBEIRO, 2009). Assim foi vista tamanha necessidade de realizar estudos, principalmente no Brasil, nessa grande área.

Palavras-chave: lúdico, DST, material didático, saúde

5 - Alfabetização matemática: a construção de conceitos matemáticos para alunos autistas surdos a partir da perspectiva da pedagogia visual

Ana Paula Xavier¹, Ângela Simone de Mattos Esteves², Tatiana Gregório Campos³, Gabriel Pigozzo Tanus Cherp Martins⁴

1 AEE/ CAEE-Centro da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora,

2 Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, Gestora pública na Creche Municipal Adalberto

3 Secretaria Municipal do Rio de Janeiro

4 Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

Há muito se discute sobre o ensino para alunos surdos e para alunos autistas. A busca de estratégias que contemplem as especificidades destes sujeitos tem sido tema recorrente no campo educacional. E quando nos deparamos com um educando autista e surdo? Será que as estratégias encontradas atendem a este público tão específico? Entendemos que em dado momento podemos pensar em estratégias que se encaixam no perfil citado. Na perspectiva de um ensino que contemple as especificidades individuais, nos valem da pedagogia visual que tem um forte apelo imagético possibilitando ao educando autista surdo uma equidade em seu processo de aprendizagem. A literatura nos mostra que para o educando surdo a pedagogia visual tem apresentado resultados excelentes no que se refere a aquisição de conceitos e conteúdos. Da mesma forma, podemos inferir que para o aluno autista esta estratégia é de igual valor, uma vez que uma das principais características do aluno com TEA (Transtorno do Espectro Autista) é a dificuldade de trabalhar com abstrações e conceitos subjetivos. Há um real e significativo comprometimento das representações simbólicas em ambos os casos, o que compromete, de sobremaneira, seu aprendizado formal. Entendemos que para que haja a formalização de conceitos e seus significados é necessário que seja empregado, de forma funcional, os signos que compõem a língua. Desta forma o conhecimento dos signos na língua de sinais, aparece como instrumento de formação de conceitos, pois a linguagem se constrói com o pensamento. O signo linguístico é a representação deste pensamento e o domínio do signo linguístico é importante para estabelecermos relações sociais e compartilharmos nossos pensamentos. Dentro desta perspectiva, a imagem tem papel preponderante na formulação e formação de conceitos para o sujeito autista surdo, usuário de uma língua visuo-gestual. A matemática traz em si, muitos conceitos que precisam ser apreendidos pelo educando. Conceitos estes, bastante abstratos e que necessitam de forte apelo concreto/imagético para sua plena consolidação. Nesta perspectiva, a proposta de trabalho se vale da pedagogia visual para o trabalho com construção de conceitos matemáticos que auxiliem o educando autista surdo.

Palavras-chave: autismo, surdez, linguagem, pedagogia visual, matemática.

6 - Altas habilidades/superdotação em crianças e adolescentes de comunidades carentes do rio de janeiro: um estudo de caso sobre a atuação da ong instituto rogerio steinberg.

Isabel C. N. De Melo & Helena Rodrigues Lopes

CMPDI /UFF

Trata-se de um estudo de caso sobre a Organização Não-Governamental (ONG) Instituto Rogério Steinberg (IRS), que atende crianças e jovens, identificados com altas habilidades/superdotação, oriundos de comunidades carentes do Rio de Janeiro. Serão entrevistados os beneficiados pelos programas oferecidos, seus pais/responsáveis, bem como a Coordenadora Pedagógica da ONG. Serão desenvolvidos diversos conceitos, especificidades e pontos importantes sobre o tema e como ocorre os processos de identificação e de atendimento no instituto. Pudemos concluir, inicialmente, que, apesar da existência de leis e normas de Educação Inclusiva, ainda é deficiente a realidade de atendimento e acompanhamento educacionais para este público, considerado também com necessidades especiais. Particularmente, com relação aos alunos com altas habilidades, por maiores que sejam as suas potencialidades individuais, caso não recebam uma educação que atente para suas diferenças, eles poderão encontrar diversas barreiras para desenvolver suas capacidades e habilidades, durante sua trajetória acadêmica. É comum, no meio educacional, a presença de equívocos e mitos de que esses alunos necessitam de pouco ou quase nenhum investimento educacional brasileiro. Efetivamente, para a superação do mito de que o aluno com altas habilidades/superdotação não necessita de políticas e encaminhamentos educacionais diferenciados, muitos fatores podem ser entendidos como imprescindíveis, dentre eles, sua própria visibilidade e identificação no espaço educacional; a constituição de uma formação inicial e continuada de professores, que recebam conhecimentos sólidos e especializados sobre esses alunos, dentre outros. Ainda há entraves para a efetivação de programas, já que não há uma visão institucional pública que, de fato, preocupe-se com o atendimento e o desenvolvimento das altas habilidades. O IRS, como uma ONG, acaba atuando nessa lacuna governamental, através de um trabalho extremamente louvável e eficiente, na área de políticas públicas de Educação Especial.

Palavras-chave: Organização Não-Governamental; Altas Habilidades; Comunidades Carentes.

7 - Aprendendo libras, uma nova cultura: experiência dos graduandos.

Lorraine de Oliviera Palmier Nunes, Gildete da Silva Amorim, Tatiane Militão de Sá

UFF RJ

Este trabalho refere-se ao recorte de uma pesquisa na qual os alunos realizam uma catarse sobre os relatos de suas experiências, para análise de ensino-aprendizagem de Língua de Sinais na graduação que ocorre nas aulas ministradas da disciplina de Libras I, ofertada no campus Gragoatá em Niterói no Rio de Janeiro, semestralmente pelo Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas na Universidade Federal Fluminense - UFF, um dos objetivos é capacitar os alunos dos cursos de graduação para que possam atuar, principalmente em instituições e/ ou escolas inclusivas com alunos Surdos usuários da Língua Brasileira de Sinais – Libras, assim como, promover a acessibilidade comunicacional do público surdo junto a essas instituições, conforme previsto no Decreto 5626/05. No referido decreto, destaca-se a inclusão da Libras como disciplina curricular nos cursos de formação de professores. Dessa forma, as aulas de Língua de Sinais também ofertadas aos alunos do 3º Período do Curso de Letras –Português/ Literatura é disciplina obrigatória na grade curricular. Os dados foram coletados através de registro do aluno, depoimentos tais como: “vemos a importância de termos pessoas sinalizantes, principalmente, em bancos, hospitais, policiais, escola, que a Libras tenha cada vez mais reconhecimento, que essas pessoas sejam integradas na sociedade e não mais excluídas”; “aulas estruturadas por unidades; “Atividades dinâmicas, com bastantes imagens e slides, que se tenha o feedback imediato com exercícios”. A partir dessas considerações, no 2º semestre de 2016, buscamos verificar o efeito da disciplina de Libras na formação de estudantes de Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro, sob o ponto de vista desses graduandos, destacando suas experiências provenientes do contato com os professores surdos ou bilíngues e com a referida disciplina. Os principais resultados da análise dos dados compreenderão as considerações dos graduandos acerca da obrigatoriedade da disciplina em seu curso, dos conteúdos da disciplina e dos saberes necessários à futura atuação com alunos surdos e sua cultura.

Palavras-chave: Ensino, Libras, Graduação, Cultura Surda, Inclusão

8 - Atendimento educacional especializado para alunos com altas habilidades ou superdotação: direito público subjetivo

Aline Rinco Dutra Salgado & Cristina Maria Carvalho Delou

CMPDI /UFF

Este estudo faz parte de uma pesquisa realizada no CMPDI/UFF. Buscou compreender e analisar a importância da implementação de Políticas Públicas Educacionais voltadas para a identificação e AEE aos alunos com altas habilidades ou superdotação. De acordo com a Lei nº 13.234, de 29 de dezembro de 2015, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), “é dever do poder público instituir políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado.” Os Centros de Atendimento Educacional Especializado (CAEEs) de Juiz de Fora, MG, foram implantados em conformidade com a Nota Técnica – SEESP/GAB/Nº09/2010, buscando garantir o AEE ao público alvo da educação especial. O município atende aproximadamente 36.000 alunos distribuídos em 102 escolas sendo que, destas, 35 são de responsabilidade do CAEE/Centro. Para a realização deste estudo e para coleta dos dados o percurso se configurou através de metodologia qualitativa, exploratória, utilizando-se de estudos bibliográficos, tendo como ponto de partida as concepções estabelecidas pelo MEC, por estudiosos da educação especial, numa proposta científica, além de pesquisa documental, realizada pela análise dos Livros de Registros dos Cursos de Formação Continuada, propostos pela Secretaria de Educação, SE. O presente estudo, realizado no mês de junho de 2016, teve como objetivo levantar o quantitativo de cursos, educação especial, na temática “AH ou SD” oferecidos pela SE e o quantitativo de alunos com AH ou SD encaminhados ao CAEE. De acordo com o levantamento, entre os anos de 1989 a 2015 nenhum curso nesta temática foi proposto. Desde a implantação dos CAEEs, nenhum aluno foi encaminhado com suspeita de AH ou SD, o que nos leva a questionamentos: Onde estão estes alunos? Os professores conhecem as características que envolvem as altas habilidades ou superdotação? Estão preparados para identificar esses alunos? Destacamos que é fundamental o reconhecimento deste público alvo da Educação Especial, para garantir os direitos instituídos na legislação brasileira através de documentos oficiais vigentes. E mais fundamental é “encontrar” estes alunos e (re)pensar as implicações pedagógicas que o AEE pode potencializar junto a eles. Como ponto de partida, é preciso fomentar a instituição de Políticas Públicas que promovam estratégias educacionais para o processo de identificação, formação continuada dos professores, além da promoção de discussão das legislações e da oferta de AEE para este alunado.

Palavras-chave: Altas Habilidades/ Superdotação. AEE. Política pública. Educação inclusiva

9 - Atendimento educacional especializado: uma política pública da educação inclusiva

Giovanna Mara Ciampi Costa Barroso

E. M. Santos Dumont/ PJJ, MG

A Educação no Brasil é um direito fundamental garantido pela Constituição da República Federativa do Brasil (1988), a todos os cidadãos. Esta mesma Lei define em seu art.208, III, o AEE às pessoas com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino. Nessa direção, a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, respaldada em princípios políticos e legais dos direitos humanos, tem como premissa disponibilizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, além da oferta de AEE, de forma a complementar ou suplementar a formação dos alunos público alvo da educação especial. Em conformidade com a Nota Técnica – SEESP/GAB/Nº 11/2010, que orienta para a oferta do AEE em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), implantadas nas escolas regulares, busca assegurar uma formação íntegra, justa, não excludente, que visa a eliminação de barreiras que dificultam a aprendizagem e que contribua para a autonomia e independência do aluno na escola e na vida pessoal. Neste sentido, a partir de reuniões com a Secretaria de Educação do município de Juiz de Fora, MG, no ano de 2015, implantou-se uma SRM em uma escola da rede municipal de Ensino, para que pudesse ofertar o AEE aos alunos desta escola, bem como aos demais alunos das escolas da região. A presente pesquisa foi realizada no mês de setembro de 2016, e teve como objetivo analisar e realizar o levantamento quantitativo dos alunos público alvo da educação especial, matriculados nos anos de 2015 e 2016 e o quantitativo de alunos que frequentam o AEE. Para realizar esta pesquisa, a metodologia utilizada foi qualitativa, ancorada em estudos bibliográficos e em documentos oficiais vigentes. Para coletar os dados foi realizada uma pesquisa nos quadros informativos das escolas. De acordo com os dados levantados, no ano de 2015, 6 alunos estiveram no AEE e no ano de 2016, 7 alunos encontram-se no AEE. Porém nenhum destes alunos pertence às outras escolas da região. Assim é inevitável realizar algumas indagações: Existem alunos, público alvo do AEE nas outras escolas? Por que não foram encaminhados? Foram realizadas reuniões com os diretores informando a importância do AEE? Ressaltamos que é primordial propor ações que garantam o cumprimento da legislação municipal vigente quanto à oferta do AEE, assim como propor estratégias que busquem eliminar as barreiras pedagógicas e de acessibilidade que dificultam o aprendizado e a participação dos alunos público alvo da educação especial, nas atividades escolares.

Palavras-chave: AEE. Educação Especial. Inclusão Inclusiva

10 - Autismo na vida adulta e a inclusão educacional na EJA

Tamiris Cristiane Costa dos Santos¹, Alice Akemi Yamasaki² & Sheila Venancia da Silva Vieira³

1 FES – Alegre / ES

2 Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade e Inclusão Social UFF

3 Fundação de Apoio à Escola Técnica- FAETEC/RJ- Docente – Formadora do Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade e Inclusão Social/UFF.

O presente artigo trata de uma reflexão sobre o transtorno do espectro autista e as dificuldades e os desafios à inclusão educacional do autista adulto na Educação de Jovens e Adultos. A metodologia desta pesquisa desenvolveu-se apoiado em uma breve narrativa de alguns episódios comuns, quando há o desconhecimento das famílias quanto ao TEA e relaciona a trajetória vivida com a luta pelo Direito à Vida e à Educação. Finaliza apresentando a recente experiência vivida de inclusão de aluno adulto autista na EJA, as limitações encontradas no conhecimento e no atendimento prestado pelos profissionais da escola e a importância de instituições educacionais preparadas técnica e educacionalmente para inclusão social de um adulto autista. Esta pesquisa está alicerçada nos seguintes autores: Edna Castro Oliveira, Hugo Otto Beyer, José E. Romão & Moacir Gadotti, Paulo Freire, Vânia Medeiros Gasparello e nas leis vigentes com relação ao autismo.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão e EJA

11 - Avaliação de audiolivros para o ensino de pessoas com deficiência visual: temas de fronteira em biologia

Thiago Ribeiro Duarte¹ & Neuza Rejane Wille Lima²

¹Instituto Benjamin Constant – IBC

²Universidade Federal Fluminense – UFF

As pessoas com deficiência estão cada vez mais no foco de políticas públicas que visam sua inclusão social e educacional plena. Aliado a edição e reformulação legislativa, está o desenvolvimento de tecnologias que propiciam maior autonomia desses cidadãos, fazendo com que haja uma mudança no entendimento do papel destas pessoas na sociedade. Essas leis junto com os avanços tecnológicos objetivam uma maior independência e autonomia. O áudio livro (ou áudio book) é um livro gravado em áudio, podendo ser narrado por um profissional ou um leitor voluntário ou ainda ser gerado através de conversão informatizada de texto em voz sintetizada. O áudio livro surgiu no Brasil na década de 1970 e seu uso acabou por ser predominantemente de indivíduos com alguma deficiência visual. Os primeiros livros em áudio eram gravados em mídia analógica (fitas K7) e, posteriormente, em mídia digital (CDs). Atualmente os livros, em sua maioria, são gravados em formato MP3 (Padrão de compactação de áudio, permitindo que as músicas fiquem com 1/10 do tamanho original). O Instituto de Biologia da Universidade Federal Fluminense busca divulgar o resultado de suas pesquisas para a sociedade através de publicações que apregoam os trabalhos desenvolvidos no âmbito universitário. Nessa perspectiva, foi concebido o audiolivro Temas de fronteira em Biologia que compila as atividades do 1º ciclo de palestras curtas (tedtalks) e Workshops sobre temas de fronteiras em biologia através do projeto ProPET. O livro tem como meta o fortalecimento da capacitação dos professores de ciências para a abordagem de temas de fronteira em suas atividades pedagógicas. O formato escolhido (audiolivro) remete à perspectiva inclusiva e foi elaborado visando, também, o atendimento aos alunos e profissionais com deficiência visual. Para alcançar tal objetivo mais concretamente, fez-se necessário uma criteriosa avaliação, partindo dos aspectos sonoros (voz, entoação, utilização de mais de um narrador) até a eficácia de áudio descrições para verificar se o propósito de acessibilidade foi devidamente alcançado pelo formato de livro que foi escolhido. Para tal, aplicou-se questionário em formato digital no corpo técnico de revisores que trabalham na Divisão de Imprensa Braille do Instituto Benjamin Constant que, gentilmente, aceitaram participar da avaliação do áudio livro. O resultado final das avaliações foi extremamente positivo e apontou vários pontos de discussão, tais como a necessidade de se aprimorar as áudio descrições, por exemplo. Os dados obtidos na avaliação mostram, também, que por ser de fácil utilização, muitas pessoas com deficiência visual podem beneficiar-se de uma leitura mais ágil e prática. Por fim, todos os participantes apontam a necessidade de ampliação de conteúdos adaptados na plataforma de audiolivro para cada vez mais garantir o acesso a informação.

Palavras-chave: audiolivro, deficiência visual, acessibilidade, audio descrição, adaptação.

12 - Cegueira e baixa visão na educação infantil (EI): inclusão necessária

Cristina Bruno de Lima & Rosemere Braga Faria

CMPDI/ UFF

A visão é o canal de comunicação com o mundo exterior, de maior importância para a organização de informações que chegam ao cérebro através de todos os sentidos. Também constitui um dos sistemas-guias, forma de orientação no espaço que usamos sem tomar consciência, dos mais poderosos. A deficiência nesse órgão causa um grande prejuízo no desenvolvimento global da criança. Tecnologias avançadas permitem testar a acuidade visual de um recém nascido, porém, muitas vezes, é o olhar atento de professores, que tem feito a diferença na identificação e precocidade do atendimento. A inclusão escolar, além de proporcionar experiências únicas, também é o caminho para que muitas crianças tenham acesso a um atendimento especializado, no AEE e através de encaminhamentos para a área de saúde. Ainda que, naturalmente, se desenvolvam competências para compensar uma deficiência, a intencionalidade das ações interventivas com a criança, aceleram as possibilidades de novas conexões neuronais e do desenvolvimento de habilidades fundamentais para uma melhor performance nas conquistas do dia a dia. Entende-se que a EI, desde a Creche, é o locus privilegiado para receber essa criança com deficiência visual, especialmente quando a família se insere em um contexto socioeconômico e cultural desprivilegiado, devido ao seu importante papel na concretização da cidadania da criança, enquanto sujeito de direitos, e que constrói sua identidade pessoal e coletiva, na interação. Essa pesquisa, realizada no município de Cachoeiras de Macacu, através da coleta de dados na Coordenação de Educação Especial e do Censo Escolar, pretendeu identificar se crianças cegas e/ou com baixa visão estão frequentando a EI. A obrigatoriedade de matrícula a partir dos 4 anos, confirma uma mudança de paradigma quanto a visão sobre a importância da EI para o desenvolvimento global do sujeito. Concluiu-se que, na rede pública, não há nenhuma criança cega na EI, das duas matriculadas na rede. Das 6 com baixa visão, 2 são da EI. O Município tem 1125 alunos matriculados na EI, conforme Censo 2015. O percentual médio de deficiência visual (Censo de 2010), a nível nacional, na faixa de 0 a 14 anos, é em torno de 5% (3,4% para deficiência severa; 1,6% para cegueira total). Considerando esses dados, faz-se necessário uma continuidade na pesquisa para tentar identificar se o índice de cegueira e baixa visão, no município, é baixo e/ou aonde estão as crianças em idade pré-escolar com essas deficiências.

Palavras-chave: deficiência visual, inclusão escolar, contexto socioeconômico e cultural.

13 - Cuidados de saúde às pessoas com síndrome de down: documento governamental brasileiro em versão “Easy Read”

Dagmar de Mello Silva & Debora Feldman Pedrosa Mascarenhas

CMPDI / UFF

A acessibilidade e a produção de materiais facilitadores no Brasil tem sido desenvolvidos mais intensamente para algumas deficiências. Quando falamos em acessibilidade ou desenho universal, falamos em garantia de direitos, porém esta garantia não é tão evidente quando associamos à deficiência intelectual. Qual o conceito de acessibilidade para a deficiência intelectual? Como oferecer acesso à informação sob a perspectiva do desenho universal? Existe metodologias que garantam a produção de informação para as pessoas com deficiência intelectual? Alguns países como Espanha (MUÑOZ, 2011) e Inglaterra através de Instituições como Fundación Síndrome de Down, CHANGE e Down Syndrome Education têm desenvolvido textos manuais de elaboração de materiais segundo a metodologia “Easy Read”. Segundo MUÑOZ, 2011 e MASCARENHAS e TABAK 2012, a proposta de produção de informação em “Easy Read” seguem regras de ortografia, gramática, vocabulário, estilo, imagens, tipografia, composição, paginação e enquadramento do texto. Não se trata de construir um resumo, tampouco de estratégia de redução do texto ou de seu conteúdo. Um texto em linguagem “Easy Read”, segue uma metodologia com diretrizes de objetividade, simplicidade e linguagem visual. Segundo Mascarenhas e Tabak: “Apostamos e acreditamos no texto acessível como uma forma fundamental de acesso às informações. Acesso este que é veículo de quebra de preconceitos e garantia de direitos.” Em 2011, por ocasião do Plano Viver sem Limites, foram formados vários Grupos de Trabalho de diversas deficiências. No Ministério da Saúde, a Área Técnica da Pessoa Com Deficiência formou, entre outros, o Grupo de Trabalho sobre síndrome de Down, e como produto, foram lançados dois documentos: Diretrizes de Atenção à Pessoa com Síndrome de Down e Cuidados de Saúde às Pessoas com Síndrome de Down. O primeiro com foco nos profissionais de atendimento das unidades de saúde do SUS e o segundo, foi o primeiro documento governamental em “Easy Read” do Brasil. O documento inovador traz a mesma informação que o primeiro, porém em versão “Easy Read”, ou seja, uma “tradução” do conteúdo técnico sobre saúde e cuidados de saúde, visando oferecer informações sobre a síndrome de Down, e sobre os cuidados de saúde importante para pessoas com síndrome de Down. A produção do material seguiu todas as diretrizes técnicas para construção de texto em versão “Easy Read” e, principalmente, passou por processos de validações dos textos, imagens e diagramação com um grupo de 6 adultos com síndrome de Down com idades entre 18 e 37 anos de ambos os sexos. O produto final foi traduzido para o inglês e contou com a revisão da versão em Inglês da Professora Doutora Elizabeth Dalton do TechAccess em Rhode Island. O processo de validação com adultos visa assegurar e testar a compreensão do conteúdo pelo sujeito, porém percebemos que, muitas vezes, o texto em versão “Easy Read” é um facilitador, mas não prescinde do mediador. O texto acessível se mostrou um instrumento importante sobre sua saúde, para oferecer informação para pessoas com síndrome de Down. O documento: Cuidados de Saúde às Pessoas com Síndrome de Down se mostrou-se inovador, pois traz uma tecnologia de construção de material pouco conhecida para o Brasil, oferecendo informação sobre saúde e abrindo caminhos e ampliando o conceito de acessibilidade para Deficiência Intelectual.

Palavras-chave: Easy Read, Acessibilidade, Deficiência Intelectual, Ministério da Saúde, Síndrome de Down.

14 - Dialogando com outras perspectivas textuais

Angela Simone de Mattos Esteves & Dagmar de Mello e Silva

CMPDI - UFF

A partir de algumas reflexões sobre o desafio enfrentado por alunos surdos na leitura de textos em Língua Portuguesa (LP) nas turmas regulares, do ensino médio, da escola estadual, em sala de recursos multifuncionais realizamos a reflexão sobre textos teóricos para o melhor entendimento e desempenho do aluno surdo em sua turma regular. O objetivo foi ler os textos em língua portuguesa e sinalizar sobre os conteúdos dos mesmos, pois são alunos surdos para os quais a Língua Portuguesa é segunda língua. Essa experiência destinou-se, a saber, em que medida esses textos teóricos analisados em sala de aula regular estavam sendo compreendidos, pois constatamos que a aquisição de língua escrita está relacionada à aquisição e ao desenvolvimento de uma língua efetiva. Por sabermos que a Língua de Sinais realiza-se em perspectiva viso-espacial e que tem uma sintaxe diferente da Língua Portuguesa, pretendemos com o texto em glosa escrita em língua portuguesa desenvolver uma estrutura gramatical e sintática em que as frases em português estivessem de acordo com a ordem utilizada pelo aluno surdo ao se comunicar através da Língua de Sinais Brasileira. Concomitante a esses momentos de leitura, análise e interpretação textual, reestruturamos um trecho de um texto teórico, que fora apresentado nas aulas regulares, dialogando com essa perspectiva de escrita em glosa. Realizamos essa estratégia de letramento-visual, mas evidenciamos pela prática que ela apenas não parece dar conta de todas as demandas que um leitor tem. Por isso, propomos aos educadores que reflitam sobre o papel da imagem visual na produção do conhecimento assim como aprendam Libras para uma melhor contribuição no processo de formação do leitor surdo e em seu processo de aprendizagem da língua portuguesa escrita. Evidenciamos, nesse contexto, a importância da Libras como principal meio de reflexão e comunicação de expressão dos Surdos e, portanto, vimos o quão relevante é o compartilhamento dessa experiência profissional para diminuir a dificuldade de entendimento da Língua Portuguesa, pois os resultados das provas em turmas regulares mostram que a grande maioria das pessoas surdas, já escolarizada ou alfabetizadas funcionais, continuam demonstrando dificuldades nos diferentes níveis da LP, devido ao processo histórico, muita das vezes, de desconhecimento da língua de sinais e da ausência da metodologia de ensino da língua portuguesa como segunda língua.

Palavras-chave: surdez, interpretação textual, língua portuguesa.

15 - Estimulação essencial: onde estão nossas crianças com deficiência?

Kerolyn Christina Moreira, Dra. Cátia Lacerda Sodré, Isabela Vilela Pinto, Dra. Ruth Mariani

CMPDI UFF

O Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE/Centro) localizado no município de Juiz de Fora, MG, fundamenta-se na Nota Técnica Nº 09/2010 para o atendimento do público alvo da educação especial. Cabe ao CAEE/Centro ofertar o atendimento à estimulação essencial conforme atribuído pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) que prevê, do nascimento aos três anos, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) por meio de serviços de estimulação precoce objetivando o processo de desenvolvimento e aprendizagem em consonância com os serviços de saúde e assistência social. O presente estudo, realizado no mês de novembro de 2016, teve como objetivo analisar e realizar o levantamento quantitativo dos alunos pertencentes ao atendimento de estimulação essencial no CAEE/Centro do município de Juiz de Fora. O CAEE/Centro possui em sua responsabilidade 27 creches da rede pública municipal de ensino e 21 creches conveniadas, totalizando 48 creches com crianças em idade para este atendimento. Para a realização deste estudo e para coleta dos dados foi realizada uma análise documental nos Quadros Informativos que o CAEE/Centro fornece à Secretaria de Educação deste município. De acordo com o quadro informativo do ano de 2016, temos apenas 1 aluno participante do atendimento de estimulação essencial neste centro. Podemos perceber que o número de crianças participantes é bem reduzida, gerando alguns questionamentos: onde estão estas crianças? Elas estão sendo encaminhadas? O professor da creche sabe identificar?. Assim, destacamos a importância de práticas pedagógicas para a formação inicial e continuada de professores, conforme estabelece a (Lei Brasileira de Inclusão 13.146/2015). A identificação precoce da intervenção do atendimento de estimulação essencial possibilita o desenvolvimento das áreas: física, motora, cognitiva, sensório-perceptiva, linguagem e socioafetiva. O professor é a ferramenta primordial para essa observação e real encaminhamento do educando.

Palavras-chave: estimulação essencial, atendimento educacional especializado, educação especial, creches, professor

16 -Experienciências: Inclusão na arte de aprender química

Iara Déniz Ornellas¹, Angela Sanches Rocha², Priscila Tamiasso-Martinhon³ & Célia Sousa⁴

¹UFRJ/ CEDERJ

²UERJ/ GIEESAA

³UFRJ/ CEEQuim/ GIEESAA/ UAB

⁴UFRJ/ GIEESAA/ UAB

Esse projeto, que em sua origem foi batizado como Alfabetização Científica, surgiu da parceria informal entre atores de algumas fazendas, localizadas no interior do estado do Espírito Santo, e uma interlocutora partícipe da área de química. Em suas primeiras edições, teve como papel principal o de adaptar o material didático de ciências, em geral, e de química, em específico, às necessidades do campo, tendo Piaget como referencial teórico pedagógico. A criança do campo geralmente vivencia o empirismo ainda na tenra idade, contudo, a tradução científica dessas observações nem sempre é contemplada em instituições de ensino formais. Piaget divide o desenvolvimento cognitivo em quatro estágios característicos: (i) no primeiro, que vai do nascimento aos dois anos de idade, todo pensamento é expressado através de uma ação; (ii) no segundo, que vai dos dois aos seis anos de idade, a criança é capaz de criar representações simbólicas para substituir objetos; (iii) no terceiro estágio, que está compreendido entre os sete e onze anos de idade, o raciocínio é construído da interação do sujeito com um objeto concreto; (iv) e no quarto estágio, o das operações formais, o raciocínio pode ser proveniente de relações abstratas. Nessa perspectiva o progresso intelectual do indivíduo ocorre à medida que este avança nos estágios de maturidade mais avançados. Portanto, a evolução cognitiva é produzida paulatinamente. O ambiente de intervenção e investigação do projeto teve início em espaços informais de aprendizagem. Além de atuar na qualificação de agentes multiplicadores de ações inclusivas - sejam estes docentes, discentes e sociedade em geral – a equipe promoveu e mediou debates transversais e transdisciplinares sobre diferentes assuntos. No ano de 2016, o interesse versou sobre temas relacionados a drogas, olimpíadas e a tragédia ambiental de Mariana. Entre os resultados mais contundentes, é interessante citar que essa ação vem capacitando mediadores capazes de promover redução de danos no que concerne, por exemplo, o uso abusivo de drogas. A partir dessa edição - que celebra as bodas de cobre do projeto - iniciou-se o processo de formalizar o mesmo junto a PR5-UFRJ, e estender a parceria a outras instituições de ensino, buscando integrar esforços de diferentes áreas do conhecimento em ações envolvendo, em uma abordagem ampla e transdisciplinar, eixos de interesses coletivos e individuais.

Palavras-chave:Inclusão, Projeto de extensão, Inter-transversalidade.

17 - Iluminando os invisíveis: identificação e primeiros atendimentos a alunos com altas habilidades ou superdotação na rede pública do município de Itaboraí

Alex Fabiani de Menezes Chagas, Julie Barrozo Goulart, Fátima Raulusaitis &Guilherme Orbe Rodrigues da Silva

Prefeitura Municipal de Itaboraí

Reconhecer alunos com características de altas habilidades ou superdotação e não haver um trabalho sistemático para atendê-los gerou a necessidade de agir para transformar esta realidade. Expomos aqui o percurso para estabelecer em Itaboraí a identificação e posterior atendimento das crianças com altas habilidades ou superdotação no município. Em 2014, convidados a ministrar uma formação continuada sobre altas habilidades ou superdotação, sua identificação e a importância do docente neste processo para professores, coordenadoras e orientadoras educacionais, apresentamos a Lista Base de Indicadores de Superdotação da professora Dr.^a Cristina Delou para que os professores utilizassem na avaliação de suas turmas. E, a partir disto, foram listados os 63 alunos que apresentavam de 18 a 24 indicadores e aqueles 53 indicados pelos professores de educação física por apresentarem capacidade psicomotora elevada. Com este material, foi executada a relação nominal dos alunos identificados por escola, com a tabulação dos indicadores agrupados por núcleos de habilidades e análise quantitativa dos dados gerais, enviadas para a Secretaria de Educação com o objetivo de organizar-se o atendimento dos alunos identificados. Na oportunidade, também foi enviada uma proposta formal de criação de um centro de atendimento a alunos com altas habilidades ou superdotação, com sua fundamentação teórico-pedagógica e legal, proposta incorporada ao PME do município, em 2015. Embora haja demanda, exigência legal e necessidade pedagógica, diante de variáveis econômicas as autoridades municipais não deram continuidade ao projeto de identificação e atendimento dos alunos com AH/SD. Em 2016, quando um dos integrantes do grupo assumiu o cargo de diretor em uma das unidades escolares, e o educador social Guilherme Orbe, integrou-se ao grupo, passamos a implantar um projeto piloto de atendimento através de atividades de jogos de tabuleiro e da construção da maquete de uma cidade sustentável. Atualmente, quatro crianças são atendidas. O projeto constitui uma resposta ao discurso de que não é possível atender crianças com AH/SD em tempos de crise econômica.

Palavras-chave: Altas habilidades, superdotação, identificação, atendimento

18 - Inclusão de alunos com deficiência visual nas aulas de química

Louise Costa da Silva Almeida¹, Renata Pessanha Gomes Paes², Priscila Tamiasso-Martinhon³, Célia Sousa⁴

¹UFRJ/ GIEESAA

²UFRJ/ CEEQuim

³UFRJ/ CEEQuim/ GIEESAA/ UAB

⁴UFRJ/ GIEESAA/ UAB

Temáticas inclusivas, no âmbito educacional, estão relacionadas a vários fatores - formação universitária, capacitação continuada de professores e funcionários, entre outros - que em última análise refletem, não só a carência de políticas públicas inclusivas, mas principalmente o não cumprimento das ações já existentes. Consequentemente, o ensino brasileiro ainda exibe fortes características excludentes, e não é raro o corpo escolar se sentir despreparado para uma efetiva atuação inclusiva, principalmente quando há em suas classes alunos portadores de necessidades educacionais especiais. O objetivo do presente trabalho consiste em apresentar um panorama geral de como ocorre o processo inclusivo de não videntes, principalmente no que tangencia o ensino de química, e apresentar algumas ferramentas capazes de enriquecer a aprendizagem desses sujeitos. Assim, partindo da premissa de que a escolha epistemológica orienta ações coerentes entre a fala e a prática docente, essa pesquisa propõe uma análise dialógica-crítica-descritiva, sob a ótica do ensino de química, acerca da aprendizagem de alunos com deficiência visual. Em suma, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa cujo nível é exploratório-descritivo, com delineamento documental-bibliográfico. Os documentos e artigos foram selecionados de modo a agrupar ideias centrais sobre portadores de deficiência visual no Brasil; leitura e escrita ajustada à percepção tátil; ensino e o indivíduo com deficiência visual e desafios na formação e atuação profissional. A análise dos dados foi realizada segundo critérios pré-estabelecidos, que sugerem um perfil para as principais dificuldades do processo inclusivo, além de identificar algumas ferramentas didáticas existentes, que podem ser utilizadas como suporte do mesmo.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, PNEE, Deficiência Visual, Aulas de Química.

19 - Legendando filmes para alunos surdos: uma proposta de acessibilidade

Maria Carmen Euler Torres¹, Ana Neri Cristino de Oliveira¹, Thaís Helena Marins Pereira²,
Angélica Cristina Rodrigues dos Santos², Dandara Cristina Conceição de Paula² & Elizabeth de
Souza Gomes³

¹Professora adjunta do departamento de ensino superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos (DESU/INES)

²Bolsistas do projeto de extensão “Legendagem e acessibilidade do DESU/INES”

³Alunas colaboradoras do projeto de extensão “Legendagem e acessibilidade do DESU/INES”

A comunidade surda enfrenta entraves no acesso aos bens culturais de nossa sociedade. Percebe-se que, embora haja várias iniciativas que buscam transformar essa realidade, ainda é comum que os surdos sejam privados de conteúdos de qualidade através dos recursos audiovisuais. É cada vez mais frequente o debate sobre a preferência de filmes legendados ou com a janela de libras. Uma grande parte da população surda prefere os filmes interpretados. São várias as razões que levam a essa escolha: não se perde tempo com a leitura das legendas, o espectador pode acompanhar a história mais rapidamente e realmente entender o contexto e aproveitar mais os aspectos visuais do filme. Os filmes legendados, por sua vez, permitem que o surdo mantenha o contato com a língua portuguesa (L2) escrita. As legendas servem de modelo para o letramento e ajudam na alfabetização. Há um grande problema com a falta de legendas em filmes/vídeos brasileiros. A legendagem como recurso para surdos tem que ser mais detalhada, específica, levando em conta a cultura surda aquilo que faz sentido para eles. É importante conhecer o público alvo para passar as informações que acontecem durante o filme de maneira clara e completa, para que não se percam e nem confundam detalhes importantes do enredo. No que se refere ao acesso aos conteúdos de filmes e vídeos nacionais em espaços culturais, observamos que a legendagem é fundamental para que o conteúdo seja apropriado pelos visitantes surdos, principalmente em museus que são espaços não formais de grande impacto na educação de surdos. Professores e alunos do curso de pedagogia bilíngue do Instituto Nacional de Educação de surdos percebem a dificuldade em trabalhar com vídeos nacionais em aulas, uma vez que poucos são aqueles que disponibilizam a legenda ou a caixa de libras como formas de acesso ao estudante surdo. Além disso, compreendemos que o acesso a tais matérias audiovisuais também é restrito na sociedade como um todo e em espaços culturais. Por isso, surgiu a ideia do projeto de extensão: “Legendagem e acessibilidade” que tem como objetivo principal promover a acessibilidade dos alunos surdos aos conteúdos de material audiovisual em língua portuguesa. Desde novembro de 2015, o grupo tem se aprofundado no estudo da temática e realizado vários trabalhos de legendagem o que tem ampliado o acesso dos surdos a essa material. O projeto visa a capacitar em outros recursos de legendagem para que o trabalho possa ser aperfeiçoado a cada dia e ampliar nossas ações dialogando com outros espaços de educação não formal. Portanto, este relato de

experiência, em andamento, tem o intuito de divulgar essa iniciativa e possibilitar trocas com outros pesquisadores e interessados na temática.

Palavras-chave: legendagem; acessibilidade; surdez

20 - O atendimento educacional especializado (AEE) no município de Saquarema

Alex Sandro Lins Ramos^{1,2}, Aline Angel Vargas³ & Ruth Maria Mariani¹

¹Universidade Federal Fluminense / CMPDI

²Prefeitura Municipal de Saquarema

³Universidade Federal Fluminense / PPBI

As políticas implementadas nos municípios estão subordinadas as políticas públicas federais onde prevê a implementação das Salas de Recursos Multifuncionais e o Atendimento Educacional Especializado - AEE. O nosso objetivo neste relato de experiência é a divulgação das adequações que o município realizou mediante às legislações vigentes, garantindo a: “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber” (BRASIL, 1996) assim como garantia das disposições da Lei 10.436/2002, o Decreto 5.626/2005, Lei nº 13.146/2015 e nota técnica 04/2009 do MEC. Criamos o Núcleo de Educação de Surdos, para gerenciar essas atividades específicas do Atendimento Educacional Especializado aos alunos surdos que ocorre no Centro de Apoio à Inclusão Escolar criado conforme a resolução CNE 02/2001. Sobre o AEE, ele passou a ser realizado em três etapas: no ensino de LIBRAS, em LIBRAS e no Ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita. Foram criadas duas salas de recursos para este atendimento. Uma na qual é ofertado o ensino de LIBRAS e em LIBRAS, onde também desenvolvemos a formação continuada a outros professores e estudantes universitários da região que tenham interesse no tema e a outra para o Ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para os surdos. Os profissionais envolvidos nesse atendimento educacional especializado, a protagonista do Ensino de LIBRAS e em LIBRAS é uma Pedagoga Surda e um professor ouvinte/interprete de LIBRAS. No Ensino de Língua Portuguesa acontece por duas professoras, uma surda e uma ouvinte, ambas formadas em Língua Portuguesa e LIBRAS, Esse atendimento é dividido em 06h/semanais, sendo este horário dividido em 2h para cada etapa. Concluiu-se com isso um avanço significativo do desenvolvimento dos alunos, tanto no aspecto cognitivo como no rendimento em sala de aula regular mostrando assim uma eficácia no atendimento realizado.

Palavras-chave: Salas de Recursos Multifuncionais, atendimento educacional especializado, LIBRAS

21 - O atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual: O lúdico na constituição e construção da aprendizagem

Ana Paula Xavier¹, Gabriel Pigozzo Tanus Cherp Martins²

¹ AEE - PJF - CMPDI/UFF

² Universidade Federal de Juiz de Fora

Com a publicação do documento norteador da educação especial no Brasil, Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), muitos passos foram dados em direção a garantia de direitos dos alunos com deficiência. Para fins deste estudo, faremos um recorte no público alvo da Educação Especial e trataremos como sujeitos para esta pesquisa, os alunos com Deficiência Intelectual (DI) e suas particularidades educacionais. No contexto educacional é preciso compreender que cada sujeito com DI, responderá de forma diferente aos estímulos, as estratégias, aos métodos de trabalho do educador. O presente trabalho tem por objetivo apresentar um relato do trabalho realizado com uma aluna com Deficiência Intelectual em uma Sala de Recurso Multifuncional (SRM) implantada em um Centro de Atendimento Educacional Especializado / CAEE localizado na cidade de Juiz de Fora – MG. A criança observada, para realização deste trabalho, tem 11 anos de idade e está matriculada no 6º ano do Ensino Fundamental. Apresenta laudo de Transtorno misto de Habilidades Escolares (F81.3) e Deficiência Intelectual. Durante todo o período de coleta de dados foram realizadas atividades com a aluna que buscasse sempre o potencial da mesma. As atividades foram planejadas sempre buscando a ludicidade, para que a relação estabelecida com a aprendizagem formal oferecida pela escola fosse, de certa forma, rompida pois a premissa do AEE não é reforço escolar e sim a busca de estratégias e mecanismos que favoreçam o desenvolvimento social, cognitivo e emocional dos alunos envolvidos nessa prática. Percebe-se que dentro desta perspectiva lúdica e interativa (mediadora), com atividades e ações pensadas a partir das especificidades individuais de cada aluno, foi possível desenvolver aspectos e aprendizados que a escola, por sua estrutura, ainda, não consegue alcançar, por mais esforços que sejam despendidos. Sutilezas que são apreendidas por todos quando pensamos no sujeito único. Este estudo trouxe a certeza e a crença de que neste momento de chegada dos alunos com deficiências nas escolas comuns é imperioso pensar estratégias que busquem a individualidade e a potencialidade escondidas por trás de suas subjetividades. O trabalho realizado nas SRM, além de um dispositivo legal, se configura como aporte pedagógico para o público alvo da educação especial, na busca da melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, bem como na busca de uma educação mais equânime que se configure, realmente, na inclusão destes alunos.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual, Atendimento Educacional Especializado, Sala de Recurso Multifuncional, estratégias de ensino par DI.

22 - O Ensino de Libras no CMPDI e a criação de uma Cartilha da Disciplina.

Luciana Tavares Perdigão^{1,2} & Neuza Rejane Wille Lima²

¹CEDREJ

²CMPDIQ/ UFF

A Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - é reconhecida como meio legal de comunicação dos surdos de acordo com a Lei n. 10.436 de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002) e determina que sejam garantidas formas para sua difusão, bem como a implementação da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores. Segundo o Decreto n. 5.626/2005 “são denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo” (BRASIL, 2005). O Curso de Mestrado Profissional de Diversidade e Inclusão possui a LIBRAS como uma das disciplinas obrigatórias, lecionada pela Prof. Rosana Prado. De acordo com a ementa, a disciplina é dividida em aulas teóricas e práticas que envolvem temáticas como um pequeno histórico das Linguagens de Sinais no Brasil, a importância da linguagem corporal para a interpretação, as principais configurações de mãos, alguns grupos de palavras e a construção de pequenos diálogos. No segundo semestre de 2016 a disciplina contou com a participação de aproximadamente 50 alunos, dentre eles um aluno cego. Para incluir o aluno cego nas atividades práticas, a disciplina contou com a participação de dois intérpretes para repassar as configurações de mãos e suas posições através da Libras Tátil. O presente estudo teve como objetivo catalogar as configurações de mãos e os principais grupos de palavras e diálogos aprendidos ao longo da disciplina e disponibilizar o conteúdo através de uma cartilha. A justificativa foi que, por ser uma disciplina de apenas 30 horas, rapidamente o conteúdo aprendido, se não praticado, poderia ser esquecido. Espera-se que a cartilha facilite a memorização e a consulta a qualquer momento pelos alunos iniciantes em Libras e que não estão envolvidos com a cultura surda.

Palavras-chave: Libras, APP, HandTalk, Cartilha

23–Oficina Circuito Interativo: Vivenciar as deficiências promovendo inclusão.

Mônica L. Felizola de Freitas/Seduc¹, Ana Cristina de Carvalho², Vanessa do C. Correia³, Maria P. Stelito Sabino⁴, Solange B. Bittencourt⁵

¹Prefeitura Municipal de Araruama

²FAETEC - Fundação de Apoio à Escola Técnica

³UFF – Anhanguera de Niterói

⁴SME - Prefeitura Municipal de Duque de Caxias

⁵UFF - Universidade Federal Fluminense

O tema desse trabalho é a avaliação da aprendizagem de alunos com deficiência intelectual, uma vez que em pesquisas recentes um dos principais dados constatados foi a não aprendizagem de conceitos científicos por esses sujeitos. Apoiados por essa temática, temos como objetivo analisar os processos avaliativos dirigidos para os alunos com deficiência intelectual. Para tal, adotamos como procedimento metodológico de nossa investigação a pesquisa qualitativa, baseada nos princípios do estudo de casos múltiplos, valorizando assim as singularidades dos sujeitos e à realidade pesquisada. Partindo desses pressupostos, utilizaremos como instrumentos de coleta de dados a observação participante, as entrevistas aberta e semiestruturada e a aplicação de testes padronizados de avaliação da aprendizagem. Como referencial teórico empregaremos a perspectiva histórico cultural de Vigotski, visando encontrar em seus conceitos, o suporte necessário para fundamentar nossas análises. Os resultados iniciais apontam que a aprendizagem de pessoas com deficiência intelectual exige o rompimento com critérios niveladores de ensino. Os dados também ressaltam a importância de uma prática avaliativa mediada frente às possibilidades de aprendizagem dos conceitos científicos que o decorrer desse processo explicita. Sendo assim, podemos concluir que a avaliação mediada possibilita o entrelaçar de fundamentados argumentos que contribuem significativamente para o desenvolvimento do elo existente na relação de ensino e aprendizagem entre docentes e alunos. Sob estes aspectos, esperamos que a presente investigação, em andamento, transcorra de modo a resultar em contribuições científicas sobre a avaliação de alunos com deficiência intelectual, bem como possibilite elaborar intervenções pedagógicas, que corroborem com mudanças na perspectiva avaliativa presente nas instituições de ensino e com a reorientação das políticas públicas educacionais.

Palavras-chave: Vigotski, intervenções pedagógicas, políticas públicas educacionais

24 –Oficina de adaptação de materiais impressos para alunos com baixa visão.

Andréia Guerra Pimentel & Glauca Torres Aragon.

CMPDI / UFF

A produção de materiais impressos adaptados para alunos com baixa visão é indispensável para a inclusão do referido público alvo nas escolas regulares. Na elaboração de materiais didáticos não basta simplesmente ampliar as figuras e a fonte das palavras para que a adaptação seja adequada aos alunos com baixa visão. Escolher a fonte ideal, o tamanho certo das letras, o espaçamento entre as linhas, a distância entre o texto e as figuras, o correto alinhamento do texto e o contraste das cores das ilustrações são alguns cuidados que podem garantir a qualidade dos recursos pedagógicos para grande parte dos alunos. No contexto das escolas regulares a capacitação de professores para adaptar textos, exercícios e provas para alunos com baixa visão, faz-se necessária para que os docentes tenham autonomia na confecção de ferramentas eficazes. A oficina é destinada a alunos do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão que forma profissionais da educação. Ao aprenderem técnicas de adaptação de materiais impressos para alunos com baixa visão, os docentes poderão produzir recursos e disseminar informações para outros professores. No início das atividades será distribuído um texto com uma figura para que sejam apresentadas sugestões de adaptação para alunos com baixa visão. Em seguida, haverá uma exposição oral para apresentar técnicas de adaptação de materiais. As dicas serão baseadas na experiência adquirida durante o desenvolvimento do livro-jogo ampliado RPG Contaminação de Águas Subterrâneas, com a colaboração de técnicos do setor Livro Ampliado do Instituto Benjamin Constant. Após a explanação, será proposto um novo exercício de adaptação de material. As adaptações serão analisadas para avaliação e feedback. Os envolvidos terão acesso ao livro-jogo RPG Contaminação de Águas Subterrâneas versão para videntes e versão ampliada, a fim de observarem as alterações efetuadas. As técnicas de adaptação atendem a uma grande parte de estudantes com baixa visão, mas será ressaltado que as particularidades de cada aluno devem ser respeitadas e muitas vezes, pode ser necessário realizar modificações específicas para determinado sujeito. Ao final da oficina será solicitado que os participantes respondam a um questionário, para que seja verificado se as atividades serão relevantes para a construção de conhecimentos e se existirão sugestões de melhorias para a oficina.

Palavras-chave: materiais didáticos; produção de materiais; inclusão; capacitação de professores.

25 –Oficina Descobrimos Altas Habilidades e Superdotação: Como utilizar a Lista Bases de Indicadores de Superdotação na Sala de Aula para a sua Autoavaliação

Raquel Giannini, Cecília de Souza, Clara Leles& Dra Cristina Delou

CMPDI / UFF

A literatura sobre superdotados e talentosos indicava que havia duas finalidades geralmente aceitas para oferecer Educação Especial para os jovens com elevado potencial. A primeira finalidade é fornecer aos jovens oportunidades para um maior crescimento cognitivo e autorealização, através do desenvolvimento e expressão de uma área de desempenho ou uma combinação delas, nas quais o potencial superior pode estar presente. A segunda finalidade é aumentar a reserva social de pessoas que ajudarão a solucionar os problemas da sociedade contemporânea, tornando-se produtores de conhecimento e arte e não apenas consumidores das informações existentes. Esta segunda finalidade, às vezes chamada de o argumento da cura do câncer, era especialmente útil para o apoio legislativo e financeiro. A maioria das pessoas concordaria em que ambas as metas se apoiam mutuamente. Em outras palavras, o trabalho produtivo e criativo de cientistas, escritores e líderes, em todos os campos da vida, traz benefícios para a sociedade e também provoca sentimentos de realização, auto-realização e uma atitude positiva sobre o Eu de cada um. Essas características são, por sua vez, importantes contribuições para a auto-eficácia (BANDURA, 1977), a crença de que uma pessoa é capaz de ter expressões subsequentes e normalmente mais avançadas de produtividade criativa.(O que é esta coisa chamada Superdotação). Tendo em vista a necessidade dos educadores estimularem seus alunos a expandirem seus talentos e aplica-los em algum campo do conhecimento encorajando-os a reconhecer e desenvolver suas habilidades, a avaliação e identificação de alunos com Altas Habilidades e Superdotação tem como finalidade intensificar o reconhecimento dos talentos no ambiente escolar. Sendo assim os profissionais desta área tem uma posição chave para disseminar a área da Superdotação, ressaltar as necessidades cognitivas especiais destes alunos, combater os mitos e preconceitos acerca do tema, capacitar e treinar seus colegas de trabalho, desenvolver e adaptar currículos e programas educacionais nas escolas. Nesse sentido o objetivo da oficina é oferecer oportunidade de aprender como identificar e estimular o potencial e os talentos dos alunos que se desenvolvem e se expressam em produção superior com base na LISTA BASE DE INDICADORES DE SUPERDOTAÇÃO - PARÂMETROS PARA OBSERVAÇÃO DE ALUNOS EM SALA DE AULA –por Cristina Maria Carvalho Delou.A meta do presente trabalho é encorajar os profissionais da área da educação `à identificar e agregar os alunos Superdotados ao grupo social nos ambientes escolares propiciando a qualidade de experiências de aprendizagem para todos os estudantes e não só para um grupo.

Palavras-chave:Identificação de Altas Habilidades e Superdotação; LISTA BASE DE INDICADORES DE SUPERDOTAÇÃO - PARÂMETROS PARA OBSERVAÇÃO DE ALUNOS EM SALA DE AULA –por Cristina Maria Carvalho Delou.

26–Oficina Surdocegueira: Conceitos e Formas de Comunicação

Thaís Ferreira Bigate^{1,2} & Neuza Rejane Wille Lima²

1 IBC

2 CMPDI / UFF

A surdocegueira é uma deficiência pouco conhecida que tem suscitado dúvidas e curiosidades nos profissionais que atuam no campo da educação especial. Alterações tão profundas e significativas na visão e na audição despertam perguntas como: o que caracteriza a surdocegueira? Trata-se de uma deficiência única? Quais são as causas? Na surdocegueira, o indivíduo tem perda total da visão e da audição? Há compensação dos sentidos perdidos por outros? Como os sujeitos surdocegos se comunicam? A LIBRAS na modalidade tátil é a principal forma de comunicação? O que é comunicação háptica? Se essas questões existem no ambiente educacional, inclusive no ambiente acadêmico em que nos encontramos, o Curso de Mestrado Profissional e Diversidade e Inclusão, uma oficina com tal tema é de grande relevância para ampliar os conhecimentos sobre a surdocegueira, sobre a heterogeneidade desse grupo de indivíduos e sobre a possibilidade de incluí-los no meio acadêmico, profissional e social. Assim como outras deficiências, a surdocegueira também deve ser um assunto refletido e dialogado entre os profissionais envolvidos com a educação e com outras instâncias de socialização, para que as pessoas surdocegas tenham acesso a serviços que compreendam e respeitem suas especificidades. Dessa forma, justifica-se o desenvolvimento da oficina, auxiliando na ampliação da formação docente com vistas à diversidade e a inclusão. A oficina será estruturada da seguinte maneira: Conceito de surdocegueira, Etiologia, Tipos / Grupos segundo período de aquisição, Formas de comunicação, Comunicação Háptica, Importância do Instrutor Mediador e do Guia-Intérprete. Atividades práticas: Experiências de comunicação em dupla: escrita na palma da mão, LIBRAS tátil e Braille tátil para os que têm conhecimentos da língua e do sistema escrito e fala ampliada; Experiência de comunicação háptica em dupla.

Palavras-chave: Surdocegueira; Diversidade; Comunicação; Inclusão

27 - OFICINA: Produção de Materiais Pedagógicos Adaptados Acessíveis: Uma Proposta para Alunos com Deficiência Intelectual (DI)

Kerolyn Christina Moreira¹, Dra. Cátia Lacerda Sodré², Flaviane Felisberto dos Reis³, Giovanna Mara Ciampi Costa Barroso⁴

¹ CMPDI / UFF

³ CAEE/Centro PJF/ MG

⁴ AEE PJF/ MG

A proposta desta oficina surgiu da experiência e de estudos realizados pelas professoras (oficineiras) que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Rede Municipal de Ensino, em Juiz de Fora, MG. Nesta atuação, tais profissionais têm como função orientar e apoiar o professor que atua na sala de aula regular quanto às adaptações de materiais pedagógicos acessíveis, curriculares e metodológicos a fim de obter uma variedade de recursos que possam auxiliar, dentre outros objetivos, o desempenho escolar dos educandos, especificamente nesta proposta, com deficiência intelectual. Observando certa insegurança dos professores para adaptar/ produzir materiais pedagógicos que contribuam para a aprendizagem e desenvolvimento deste público alvo da educação especial, justificamos a relevância desta oficina que visa promover a formação continuada dos professores regentes e do AEE que atuam diretamente no processo de ensino-aprendizagem de tais educandos. A oficina propõe contribuir para a confecção de materiais de baixo custo que auxilie na proposta de trabalho a ser desenvolvida tanto na sala de aula regular quanto na sala de AEE. Tal proposta visa ainda, a eliminação das barreiras para a plena participação destes educandos nos espaços escolares além de proporcionar o desenvolvimento de uma aprendizagem efetiva bem como o acesso ao currículo escolar. O educando com Deficiência Intelectual (DI) necessitam de suportes pedagógicos que reverenciem sua trajetória escolar de maneira prática, além do desenvolvimento de sua autonomia, acessibilidade e aprendizagem com maior qualidade. Alguns materiais pedagógicos adaptados acessíveis serão confeccionados pelos participantes da oficina. Como: dominó das cores, quantidades (numerais), figuras geométricas, texturas e temático. E outros serão disponibilizados para apresentação e conhecimento de uma variedade de recursos que podem ser confeccionados e posteriormente utilizados junto os alunos.

Palavras-chave: produção de materiais; deficiência intelectual; recursos pedagógicos; acessibilidade; atendimento educacional especializado

28 - Oficina: altas habilidades ou superdotação na escola: identificando potenciais

Aline Rinco Dutra Salgado¹, Dra. Cristina Maria Carvalho Delou¹, Juliana Antunes Pessanha²

¹ CMPDI / UFF

²IOC FIOCRUZ

A proposta desta oficina surgiu de pesquisas e estudos realizados pelas autoras que perceberam a necessidade da divulgação de um instrumento que auxilie os docentes na observação de alunos, em sala de aula, com vistas à avaliação de indicadores de altas habilidades ou superdotação. O instrumento que propomos apresentar é a “Lista Base de Indicadores de Superdotação – parâmetros para observação de alunos em sala de aula”, elaborado pela Dra. Cristina Maria Carvalho Delou, que tem como finalidade disponibilizar um recurso estruturado de observação de comportamentos indicadores de altas habilidades ou superdotação na sala de aula regular de ensino. Esta oficina é relevante pois auxiliará o professor no processo de identificação dos alunos com características de altas habilidades ou superdotação, proporcionando assim, um ensino de qualidade pautado no desenvolvimento do potencial e na garantia dos direitos conforme estabelecido na legislação vigente. A oficina propõe apresentar o instrumento Lista Base de Indicadores de Superdotação – Parâmetros para Observação de Alunos em Sala de Aula, através de dois formulários com objetivos distintos: FORMA GRUPAL e FORMA INDIVIDUAL.

Palavras-chave: Altas Habilidades ou Superdotação. Lista Base. Formação Docente

29 - Relato de Experiência: Família e Escola uma parceria necessária no processo de Inclusão

Rita M. C. Vilhena
CMPDI /UFF

Este é um breve relato de Experiência realizado com os pais de alunos atendidos na sala do AEE(Atendimento Educacional Especializado) na Escola Municipal CAIC Padre Ernesto Sassida e CEI Catarina Anastácio da Cruz, em Corumbá/MS. Este trabalho teve como objetivo dar orientações aos pais de alunos e. Mostrar a importância da participação da família para que a inclusão ocorra de maneira efetiva. A família que tem um filho com diagnóstico de deficiência constata que o maior problema a ser enfrentado não é a deficiência e sim o preconceito., os pais muitas vezes se sentem só, é preciso vencer e lutar contra o preconceito dirigido a essas pessoas nascidas com deficiências físicas, mentais e genéticas. Os encontros com os pais teve como principal estratégia buscar uma nova maneira de olhar a deficiência pela demonstração de que com compromisso, responsabilidade, amor e dedicação é possível mudar o curso da história e delinear um outro futuro para essas pessoas. Estratégia: Organização de encontros temáticos para orientar às famílias como lidar com seus filhos; A família do deficiente pode ajudá-lo a criar bons sentimentos; é importante elogiá-lo e incentivá-lo quando procura fazer alguma coisa, fazendo-o perceber que tem direito de sentir que é importante, que pode aprender que consegue e que é respeitado; Convidar às famílias para assistirem a reuniões, palestras na escola. Pois é importante que a família esteja presente na escola, informando-lhe não apenas as dificuldades de seus filhos, mas os avanços que alcançam. Quando tratamos de alunos com necessidades educacionais especiais, é de extrema importância participação da família no processo de aprendizagem desde o planejamento aos resultados do ensino. "Podemos dizer que a relação entre escola e família está presente, desde o momento em que a criança é matriculada no estabelecimento de ensino. De maneira direta ou indireta, essa relação continua viva e atuante na intimidade da sala de aula. Assim, sempre que a escola se perguntar o que fazer para apoiar os professores na relação com os alunos, provavelmente surgirá a necessidade de alguma interação com as famílias. A participação da família é de suma importância no movimento da inclusão. Seja de forma individualizada ou por meio de suas organizações, é imprescindível a sua participação para que a continuidade da luta por sociedades mais justas para seus filhos seja garantida. É importante sua participação, pois assim a família irá exercer sua cidadania e funcionará como um veículo por meio do qual seus filhos possam aprender a ser."(SANTOS, 1999, p.78). Não é nada fácil para os pais, identificar as necessidades reais do filho como um problema, até porque este exige a necessidade de ser amparado e cuidado por alguém que seja capaz de interpretar seus sentimentos Ou seja, os pais precisam conhecer as necessidades para lidar com elas de forma adequada, mas para isso, precisam reconhecer quais são as verdadeiras limitações enfrentadas no âmbito escolar de seu filho. Se a família do deficiente não buscar, desde pequenino, a estimulação precoce adequada, se não acreditar que pode desenvolver inúmeras habilidades e se o rotular como incapaz, irá se formando nele uma imagem "pequena" de seu valor, assim poderemos ter uma pessoa com autoestima baixa. Dentre as inúmeras experiências, três foram bastante significativas: Durante o encontro com os pais, observou-se como foi de grande importância esses encontros, trouxe esclarecimentos no processo de aprendizagem do filho, estão aprendendo e para quê. Frequentaram as reuniões com assiduidade. Havendo aumento de informação dos responsáveis em relação a diversos assuntos relacionados às dificuldades de seus filhos. Os Responsáveis reconheciam a necessidade desses encontros, onde se sentiam capazes para auxiliar seus filhos e entendê-los melhor. levando-os a aceitar seu filho com otimismo e muito amor.

Palavras-chave:Inclusão. Escola. Família. Atendimento Educacional Especializado, Crianças com Necessidade Educacionais Especiais.

30 - Resiliência inclusiva: relato *del* um por vir docente

Priscila Tamiasso-Martinhon¹, Alcindo Miguel Martins Filho², Célia Sousa³

¹UFRJ/ GIEESAA/ UAB

²UFRJ/ GIEESAA

³UFRJ/ GIEESAA/ UAB

A psicologia tem um papel importante e coordenador na análise de diversas e diferentes situações, tais como: avaliações médico-diagnósticas, resiliência existencial, condições de inserção socioeconômicas e culturais, confrontos sistêmicos, violências interpessoais reflexas a indefinições legais, entre outras. Assim, a partir de um relato de experiência, cujo sujeito em estudo foi tardiamente diagnosticado como portador do Distúrbio Específico de Linguagem, e que em um determinado momento desafiador do seu percurso, abre um quadro depressivo comórbido; faremos um paralelo da maneira como, neste caso, a resiliência pode ser considerada um diferencial para que esse indivíduo tenha sido capaz de concretizar seus projetos de vida, que conforme seu ideal, perpassavam necessariamente por uma inclusão acadêmica. Neste contexto, o presente trabalho busca apresentar a integral dos esforços transdisciplinares de uma mesa articulada de debates e pesquisa, realizado por um grupo específico e plural, dentro de uma atmosfera na qual a Psicologia se encontra e permeia como um referencial, a Saúde, a Educação e o Ambiente, em busca dos avatares para as construções subjetivas deste indivíduo. Para tal, buscou-se identificar e explorar as construções, avanços e alternativas de aprendizado, avaliação social e atravessamento dos sucessivos lutos, psicossociais e micropoliticamente emergentes, como sendo eventos durante os quais a formação docente do sujeito entra em foco e se realiza como um contínuo suporte de transformação e crescimento pessoal. A estratégia utilizada foi técnico-pedagógica e geral, procurando esmiuçar e identificar os referenciais individualizados e psicológicos, sociais e culturalmente determinados, em um esforço de constituir um modelo de referência psicossocial e técnico-institucional, de avaliação do processo. Como consequência, se tentou tecer um diálogo entre a visão técnico-científica de chegada; uma reflexão psicológica e terapêutica de intermeio, que, salvo melhor juízo, é por nós considerada como responsável pela sustentação homeostática do sujeito; até uma descrição coerente de suas dinâmicas resilientes acontecendo e se confrontando com uma situação de estigma médico-diagnóstico, estabelecido e socialmente sancionado. Logo, trata-se de uma abordagem que tentará ser um convite à reflexão sobre as crises psicológicas com fundo social, econômico e político, frente as quais todos estão expostos quando buscam concretizar seus projetos de vida.

Palavras-chave: Resiliência, Inclusão, Distúrbio Específico de Linguagem, Arqueologia do Saber.

31 – Revisão bibliográfica sobre Altas Habilidades / Superdotação e outras excepcionalidades

Mônica Rodrigues Martins

Colégio Lobo Torres

Ainda que a legislação educacional brasileira garanta a educação dos superdotados desde a década de 1960, somente na primeira década do novo milênio, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial, instituiu as Diretrizes Nacionais da Educação Especial para a Educação Básica. A presente pesquisa bibliográfica tem como objetivo avaliar o avanço da pesquisa na área em função da legislação e demonstrar o quanto a utilização de determinado descritor pode ser mais assertiva em uma busca bibliográfica. O trabalho adotou como método a pesquisa quantitativa com base na análise documental, sendo realizado por meio da utilização de quatro descritores (“altas habilidades”, “superdotação”, “depressão” e “transtorno”) em duas bases de dados distintas: Scientific Eletronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Entre os artigos encontrados (n = 98), sete foram publicados na década de 1990, trinta e dois, na década de 2000 e quarenta e nove, na década de 2010. A utilização do descritor “altas habilidades” revelou 47,6 % e 28,2%, respectivamente, de resultados positivos nas duas bases de dados, enquanto a utilização do termo “superdotação” revelou 88,9% e 77,2% de resultados positivos, respectivamente, nas mesmas bases. A produção acadêmica no Brasil sobre superdotação demonstra um crescimento nos primeiros anos do novo milênio, em função do aumento de publicações oficiais sobre superdotação, entretanto ainda é pequena no que tange duplas excepcionalidades. A utilização exclusiva do termo superdotação demonstrou ser suficiente para a realização de busca nas bases de dados utilizadas.

Palavras-chave: Revisão bibliográfica. Altas habilidades. Superdotação. Depressão. Transtorno.

32 - Trabalhando conceitos de diversidade e inclusão na educação infantil através dos jogos paraímpicos e do uso de novas tecnologias

Arina Costa Martins Cardoso¹, Gildete da Silva Amorim², Tatiane Militão de Sá³

¹Fundação Municipal de Educação – FME

²UMEI Portugal Pequeno

³Universidade Federal Fluminense - UFF

Esta pesquisa está sendo desenvolvida com alunos da Educação Infantil entre cinco e seis anos na Unidade Municipal de Educação Infantil - UMEI Portugal Pequeno. Buscamos trabalhar a partir de referenciais concretos a temática da diversidade. Num primeiro momento, utilizamos como base a ocasião dos Jogos Paralímpicos 2016 para montar o projeto trabalhado. O fio condutor do trabalho que vem sendo desenvolvido são as discussões sobre Diversidade e Inclusão. Destacamos, primeiramente, o atleta paralímpico como um atleta em si, independente da deficiência que possua, buscando uma definição não marcada apenas pela deficiência. Além disso, destacamos também o caráter de superação e determinação presente na postura dos atletas considerando as dificuldades que a sociedade lhes impõe. Discutimos o conceito de diferença a partir do olhar da criança, quais as diferenças que esta percebe em relação aos atletas, bem como quais as potencialidade e capacidades envolvidas. Dando enfoque especial ao trabalho de sensibilização das crianças ao outro diferente. Trabalhamos os jogos na perspectiva histórica, os símbolos olímpicos e paralímpicos a partir de livros infantis e vídeos. Buscamos como forma de registro também um diálogo com as novas tecnologias. Construímos com Lego quadras e arenas de competição de quatro esportes paralímpicos escolhidos com o grupo e produzimos vídeos de animação digital com essas bases. Organizamos oficinas de fotografia, construímos nosso Storyboard em grupo, detalhando o roteiro de nossa animação produzindo um texto coletivo ilustrado com desenhos e imagens. As fotos foram produzidas com ampla participação das crianças, que eram os diretores, movimentavam as peças e eram os fotógrafos manipulando a câmera. Os produtos dessa fase da pesquisa foram registros diversos do processo, em especial das discussões sobre diversidade e um vídeo de animação intitulado: “Pequenos Atletas nos Jogos Paralímpicos 2016”.

Palavras-chave: Inclusão, Diversidade, Animação Digital, Educação Infantil, Jogos Paralímpicos 2016.

33 - Trabalho integrativo da associação de comunicação educativa Roquette Pinto para cegos e surdos

Jéssica Costa Tonacio, Fernanda Kaminski-Fonseca, Vivian Mary Rumjanek e Caio Leboutte.

UFRJ

Nem todo aprendizado deriva de sala de aula. Existem evidências de que 90% do que sabemos é obtido por meio não formal. Assim sendo, nos propusemos a compreender o funcionamento de uma instituição que produz conteúdo educativo em escala nacional, a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP). Responsável pela produção de conteúdo para a TV Escola e para TV INES, do Instituto Nacional de Educação de Surdos, a ACERP trabalha em conjunto com diversos parceiros na busca de produção de conteúdo diversificado, que atinja diversos setores da nossa sociedade. Dessa forma, o foco da incursão foi discutir como os produtos gerados pela instituição atingem a população e a importância de tais serviços na integração de pessoas portadoras de deficiência numa sociedade dominada pelas mídias digitais. Para tal, realizamos uma imersão em diversas áreas da Associação, onde, em ordem cronológica, nos foi apresentado o caminho da produção de conteúdo: desde a gravação até o envio e captação do sinal pela ACERP para averiguação da qualidade do produto nas diferentes plataformas digitais. Entre áreas de imersão propostas, o destaque ficou para a acessibilidade: inteiramente responsável pela entrega de legenda oculta e audiodescrição, para que esses conteúdos possam ser direcionados para o público surdo e deficiente visual, respectivamente. A Gerência de Acessibilidade, também é responsável por realizar processos de entrevista buscando a avaliação dos produtos pelo público-alvo, redesenhando-os sempre que necessário. Alguns dos pontos mais positivos ao final do projeto foram a possibilidade de conviver com profissionais surdos e atestar a qualidade do trabalho produzido pelos mesmos quando lhes são dadas oportunidades, discutir novas estratégias afim de alinhar dois setores da sociedade, produção científica e inclusão social, que nem sempre são conhecidos por andarem lado a lado; tudo isso em um prédio totalmente adaptado às necessidades de qualquer pessoa. Foi possível perceber, que tão importante quanto obter conhecimento é encontrar formas de levá-lo a todos os públicos, não somente àqueles que se envolvem nesse processo de obtenção. Em linhas gerais, foi um projeto bastante enriquecedor e humanizador. Através dele percebemos que a realidade dos cegos e surdos é bastante diferente daquilo que estamos acostumados; não por sua condição, mas por negligência de uma sociedade que, de maneira geral, não se propõe a buscar e seguir por caminhos de inclusivos.

Palavras-chave: ACERP, acessibilidade, ensino-não-formal, legenda-oculta, audiodescrição

